

PÁGINAS

ARQUIVOS & BIBLIOTECAS

a&b

Indexação

Assuntos

8

20
01

GABINETE DE ESTUDOS

a&b



PÁGINAS

ARQUIVOS & BIBLIOTECAS

a&b

Director Maria Luísa Cabral **Comissão Científica** Fernanda Ribeiro • Armando Malheiro da Silva • Luís Manuel Borges Cabral **Direcção Gráfica** Carlos Abreu **Edição e Propriedade** Gabinete de Estudos a&b **Periodicidade** Semestral **ISSN** 0873-5670 **Depósito Legal** 118 811/97 **Tiragem** 750 exemplares **Execução Gráfica** Textype - Artes Gráficas, Lda. **Distribuidora** HT-Distribuidores - Rua Rodrigues Sampaio, 77 - 1150-279 Lisboa - Tel.: 21 352 90 06/8 • Fax: 21 315 92 59

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es)

Números 9 e 10 | número avulso € 15,00 | assinatura individual € 21,00 | assinatura de apoio € 25,00 | assinatura institucional € 37,50 | 2.ª assinatura institucional € 21,00

Normas para publicação de artigos

PÁGINAS a&b aceitam artigos para publicação escritos em português, inglês, francês ou espanhol, de preferência originais, e desde que os mesmos não tenham sido submetidos simultaneamente para apreciação junto de outro Editor.

Qualquer que seja a decisão da Comissão Científica de *PÁGINAS a&b* sobre o artigo submetido a apreciação, o(s) autor(es) será(ão) devidamente informado(s).

Os direitos de reprodução dos artigos publicados passarão a ser propriedade de *PÁGINAS a&b*.

Os textos submetidos a apreciação deverão ser acompanhados por disquete e, se o texto contiver gráficos, tabelas, quadros, etc., estes deverão ser fornecidos à parte.

Os artigos deverão vir acompanhados de resumo, em inglês qualquer que seja a língua original do texto e a sua extensão não deverá ultrapassar as 150 palavras.

As referências bibliográficas deverão seguir a NP 405-1 e NP 405-2 e, no caso de não estarem conforme esta, *PÁGINAS a&b* reservam-se o direito de introduzir as alterações necessárias.

A revisão de provas é da responsabilidade de *PÁGINAS a&b* e só em caso de solicitação específica aquelas serão entregues ao(s) autor(es).

A colaboração com *PÁGINAS a&b* é sempre a título gratuito mas o(s) autor(es) receberá(ão) 4 exemplares do número da revista na qual o artigo for publicado.

Sumário

Editorial

5

MARIA TERESA PINTO MENDES | MARIA DA GRAÇA SIMÕES

Indexação por assuntos
princípios gerais e normas

7

JUAN JOSÉ FUENTES ROMERO

La colección de materiales
una perspectiva desde la Biblioteca Nacional

75

Ler Muito Prazer

ANTONI MARÍ

Lectura, escritura e intimidad

89

Editorial

Em editorial anterior referi o problema que constitui organizar a revista limitados que estamos pelos custos de impressão. Às vezes preparamos um sumário rico e variado capaz de atrair mesmo a leitura dos mais distraídos. Esforçamo-nos para que haja um equilíbrio entre os artigos e uma espécie de compensação, isto é, não deixando que as *PÁGINAS* pendam apenas para determinado lado. A nossa profissão é alimentada por muitas fontes e nunca deixaremos que umas sequem em proveito doutras. Trata-se sempre dum exercício muito estimulante entre a identificação de temas e autores, a avaliação da sua pertinência, a actualidade do tema, a inserção imediata ou a médio prazo. Queixava-me eu então de que este exercício sai por vezes gorado. Não só é verdade como deixa os responsáveis pelas *PÁGINAS* numa situação muito delicada quer perante os assinantes e leitores como, pior se é possível, perante os autores. Prometemos e não cumprimos. Falamos com uns e com outros na esperança de que compreendam e aceitem mas é uma tarefa ingrata e da qual, cada número que passa, vamos gostando menos.

Ponderados os prós e os contras, decidimos que para grandes males, grandes remédios. O que as *PÁGINAS* precisam mesmo é de mais cadernos. Temos de aumentar o número de páginas para que possamos incluir mais trabalhos, ou trabalhos maiores, variar as colaborações, manter as secções de que já dispomos ou criar novas. Esta mudança não vai acontecer ainda com este número porque toda esta discussão decorreu enquanto o preparávamos. Mas a decisão está tomada e a partir do n.º 9, as *PÁGINAS* aumentam de volume. Ligeiramente.

Claro que este aumento arrasta outras alterações: mais cadernos corresponde a maior peso e os correios não são sensíveis ao problema. Para elas a realidade pura e dura é a da balança. Mais espaço para comunicar, mais impressão, maiores custos. Ou seja, o n.º 8 que têm nas mãos fecha um ciclo. Praticamente desde o seu início que o preço é o mesmo,

e o volume também. A partir do n.º 9, o preço das *PÁGINAS* terá que aumentar um pouco para fazer frente às novas despesas. Esperamos que entendam e aceitem.

Agora, as *PÁGINAS* em mãos. Um longo artigo por colegas que fizeram connosco, e mesmo antes de nós, um percurso marcante na biblioteconomia portuguesa. É um tema – a indexação por assuntos – sempre pertinente e que hoje, apesar dos computadores ou por talvez causa deles, se impõe com maior actualidade. Porque os computadores existem, porque se banalizaram nas bibliotecas, é absolutamente urgente repensar nos métodos de trabalho, na estrutura intelectual que está subjacente às rotinas diárias. Apesar das maravilhas alcançadas pela máquina, a sistematização do nosso pensamento, a aplicação criteriosa e constante do nosso julgamento é ainda nosso privilégio. Depois, um artigo sobre as colecções das bibliotecas nacionais, como são constituídas, o seu valor. Embora seja um artigo dirigido a uma audiência menor, é importante que profissionais fora dum círculo eventualmente mais restrito não ignorem questões cruciais para a profissão e para o património nacional. A fechar, um artigo delicadíssimo, magnífico sobre o prazer da leitura por autor catalão que traduz plenamente o intuito da secção.

Finalmente, um alerta: a análise da lista de assinantes, indica-nos manchas sectoriais totalmente omissas. Não conseguimos identificar nenhum bom motivo. As *PÁGINAS* publicam artigos interessantes e actuais escritos maioritariamente por colegas portugueses, isto é, transmitem-nos a realidade portuguesa e o ritmo de publicação é regular, a distribuição é ampla. Porquê, então? No âmbito deste Editorial não poderemos ir muito mais longe mas seguramente que vos podemos pedir que pensem um pouco nisto e que discutam o caso com os vossos colegas e conhecidos. Talvez que eles nem sejam assinantes e precisem ser estimulados! Se eu defender que as *PÁGINAS* deveriam estar nos escaparates de todas as bibliotecas universitárias ou de todos os arquivos, posso ser mal interpretada; também posso ser julgada por afirmar que é minha convicção que sem uma leitura regular profissional, nos arriscamos a ficar para trás; também serei mal vista se reafirmar que não basta ter a revista na instituição. Como hei-de então transmitir esta convicção profunda que é minha e de toda a equipa das *PÁGINAS* que sem informação, sem debate, sem o sentido vital da cooperação inadiável, as bibliotecas e os arquivos portugueses se vão atrasando relativamente aos seus congéneres europeus?! Não acredito(amos) que a indiferença chegue tão longe. Não pode ser verdade.

Continuarei a resistir esperando fazer o caminho na vossa companhia.

MARIA LUÍSA CABRAL

Indexação por assuntos

Princípios gerais e normas

MARIA TERESA PINTO MENDES | MARIA DA GRAÇA SIMÕES

RESUMO Partindo do reconhecimento das dificuldades intrínsecas ao processo de indexação, que se reflectem na sua objectividade e uniformidade, propõe-se uma síntese dos *princípios* fundamentais, subjacentes e propõe-se uma metodologia a seguir, que parte de uma distinção clara entre a análise conceptual do conteúdo do documento e a sua representação em termos de uma linguagem de indexação os quais põe tipos de problemas distintos.

Como necessário a um entendimento básico, propõe-se um curto elenco de *precisões terminológicas* e apresenta-se uma tipologia das *formas dos termos de indexação*. Apresenta-se, finalmente, as *normas* possíveis, cujo conteúdo essencialmente coincidente com o proposto na NP 4036, mas uma estrutura diferente, que corresponde à metodologia proposta para o processo, considerando-se que, assim, serão mais fáceis de consultar.

A grande motivação para este trabalho vem da necessidade de imprimir *qualidade* à pesquisa por assunto nas grandes bases de dados bibliográficos, que se vão constituindo particularmente como ponto de partida para um trabalho de *cooperação*.

ABSTRACT Acknowledging the intrinsic difficulties to the indexing process, which impair its objectivity and uniformity, a synthesis of the fundamental underlying *principles* is purposed, as well as a *methodology* which stems from a clear distinction between concept analysis of the document content and its representation as terms of an indexing language, which present different kinds of problems. As a requisite for a basic understanding, a small set of *terminological precisions* and a typology of *forms of indexing terms* is presented.

Finally, possible *guidelines* are presented, whose content is basically similar to that of NP 4036, but with a different structure, which corresponds to the proposed methodology, making their consultation easier.

The motivation for this work is the need to improve the *quality* of subject searching in the large bibliographic databases that are being created and to serve as a starting point for *corporate* work between different libraries.

MARIA TERESA PINTO MENDES
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

MARIA DA GRAÇA SIMÕES
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1.^a Parte

ORIENTAÇÕES GERAIS

I – PRINCÍPIOS

1. Qualidade da análise
2. Interesse do utilizador; características do fundo bibliográfico
3. Simplicidade formal
4. Coerência e uniformidade
5. Controlo da sinonímia
6. Analogia
7. Controle da ambiguidade

II – PRECISÕES TERMINOLÓGICAS

1. Conceito/termo de indexação
2. Características do termo de indexação
3. Modificador
4. Coordenação: pré e pós-coordenação de conceitos

III – FORMA DOS TERMOS DE INDEXAÇÃO

1. Termo simples
2. Termo composto
 - 2.1 Expressão adjectiva
 - 2.2 Expressão prepositiva
 - 2.3 Recurso à vírgula
 - 2.4 Tipologia dos modificadores
 - a) Temáticos
 - b) Geográficos
 - c) Cronológicos
 - d) Formais
3. Termo com qualificador
4. Nota explicativa

2.^a Parte

NORMAS

INTRODUÇÃO

I – ANÁLISE [NP 3715]

- A – Caminho da análise; fontes de informação
- B – Grelhas de análise
- C – Pertinência da informação; identificação e selecção de conceitos

II – ESCOLHA DA FORMA [NP 4036]

- A – *Norma geral*
 - Abreviaturas e acrónimos
 - Ortografia

Termos estrangeiros
Gíria
Nomes comuns e nomes comerciais
Nomes correntes e nomes científicos
Nomes de lugar
Nomes próprios de pessoas físicas e de colectividades
Nomes de colectividades oficiais

B – Formas do termo composto

Norma

Forma adjectiva
Forma prepositiva
Recurso à vírgula

Tipos de modificadores

Modificador temático
Modificador geográfico
Modificador cronológico
Modificador formal

Possível decomposição de um termo composto

Composto
Decomposto
Ambiguidade

C – Homógrafos

Qualificador

D – Singular/Plural

Norma
(Casos especiais)

III – RELAÇÕES ENTRE OS TERMOS

A – Relações de equivalência

Sinonímia
Quase-sinonímia
Relações reversíveis de equivalência
Relações explicativas de equivalência

B – Relações hierárquicas

C – Relações de associação

IV – GENERALIDADES

Lista interna de autoridade
Casos duvidosos
Casos não previstos

APÊNDICE: Lista de autoridade de modificadores formais

ÍNDICE

Introdução

O processo de indexação por assuntos, dentro das técnicas documentais, não pode contar com normas que verdadeiramente apoiem a objectividade da *análise do documento*, determinem, com precisão, a decisão correcta a tomar perante as opções colocadas pela *representação dos conceitos*, de forma a garantir a sua coerência e conferir uniformidade aos instrumentos de pesquisa disponibilizados ao universo utilizador.

Esta situação é intrínseca à própria indexação e deve-se, em última análise, à multiplicidade e à diversidade dos casos que se apresentam na prática corrente, casos de forma nenhuma susceptíveis de enquadramento numa tipologia que tornaria possível estabelecer um corpo limitado de regras; sem normas bem definidas, surgem possibilidades de opção e o subjectivismo do indexador pode intervir negativamente, quando o que se pretende é disponibilizar, com objectividade, o conteúdo dos documentos, o pensamento dos autores, numa palavra, abrir caminho para que se venha a obter uma informação de qualidade.

A diversidade de indexadores num mesmo sistema, avoluma e potencializa a intervenção negativa dos referidos subjectivismos.

Se esta é uma situação desconfortável e preocupante na indexação individual, multiplicam-se os inconvenientes, nas suas consequências gravosas, quando se trata de um trabalho de equipa, numa mesma instituição ou em várias, tornando-se, neste último caso, mais notórias nos nossos dias, já que a cooperação se vai generalizando; mais dificilmente se garantem hoje a uniformidade e a coerência das opções.

A esta diversidade junta-se uma outra, a diversidade de utilizadores, dos seus interesses, em geral, dos interesses dos vários momentos e situações da sua vida, das características das instituições que armazenam, tratam, disponibilizam e difundem a informação, elas próprias sujeitas a condicionalismos temporais.

Como se poderia constituir um corpo de regras, limitado mas flexível, de modo a satisfazer, com soluções próprias, este somatório quase infinito de disparidades?

Temos que partir, declarada e frontalmente, da convicção de que indexar é muitas vezes um acto de escolha entre duas ou mais hipóteses válidas, se consideradas fora de um contexto muito próprio; ora é esse contexto que deve ser reconhecido, bem caracterizado e enfrentado, para que se determinem as soluções que lhe forem mais adequadas.

É verdade que possuímos a NP 3715 (1989) *Documentação. Método para análise de documentos, determinação do seu conteúdo e selecção de termos de indexação* e a NP 4036 (1992) *Documentação. Tesouros monolíngues: directivas para a sua construção e desenvolvimento*¹ mas, pelas características gerais da indexação, já apontadas, pouco têm de efectivamente normativo, constituindo, antes, um corpo metodológico de acompanhamento do processo de indexação. Não se assumindo, contudo, frontalmente, como tal, não definem princípios orientadores da decisão; difusamente referem «princípios» e «critérios», mas a verdade é que, não os isolando, não lhes dando, como tal, o devido relevo, não lhes conferem uma posição decisiva, de presença efectiva e determinante, na hora das opções.

Assim, sem contestar de uma maneira geral o conteúdo das Normas, mantendo mesmo a designação «normas», verificar-se-á que as citamos com a frequência exigida, na 1.ª Parte, e localizando com precisão, na 2.ª Parte, todas as suas soluções, o que é particularmente importante, mormente quando elas não são coincidentes com as que agora se propõem.

Acima de tudo procuramos neste documento, apresentar o mesmo conteúdo com uma estrutura diferente, de modo a que possa prestar o apoio metodológico referido, o efectivo e único apoio possível. Essa estrutura caracterizar-se-á pela definição de enquadramentos genéricos para a problemática, pelo traçar de caminhos de raciocínio, procurando desenvolver, no indexador, a convicção e a capacidade de aproximar situações congéneres, constituir referências, que, por analogia ou dedução, conduzam a soluções consistentes.

Sintetizando, diremos que é intenção deste trabalho:

- a) sistematizar e dar maior visibilidade aos *princípios gerais*, para que possam ser verdadeiramente orientadores e metodologicamente determinantes das decisões que se venham a tomar;
- b) precisar o sentido em que, neste documento, é considerada alguma *terminologia básica*, que se encontra tratada de uma forma muito dispersiva na bibliografia corrente e nas próprias Normas, para que se possa proporcionar um cabal entendimento mútuo;
- c) assinalar as *formas que os termos de indexação* podem assumir, o que clarifica os problemas da escolha;

¹ Traduzidas pela CT 7 do Instituto Português de Qualidade, respectivamente das normas ISO 5963 (1985) e 2788 (1986).

- d) globalmente, e, talvez, mais pela maneira como se encararam estas questões e não tanto por uma exposição teórica e sistemática, pretende dar-se a perceber que a indexação, se não tem regras, pode, no entanto, contar com orientações claras para o caminho a seguir e para as opções a tomar, entendendo essas orientações acima de tudo como uma *metodologia* que de forma alguma anula a escolha pontual que cabe a quem indexa.

A esta matéria teórica seguir-se-á uma segunda parte, em que as orientações metodológicas se definem mais concretamente, primeiro no âmbito do processo de *análise conceitual*, tornando-se, seguidamente, mais normativas, tão normativas quanto possível, no campo da *representação dos conceitos em termos*, com incidência nos problemas da *escolha da forma*, sendo esta última, sem dúvida, a face mais visível da indexação.

A razão próxima desta iniciativa situa-se nas preocupações tornadas muito presentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra ao pensar na conversão dos seus velhos e volumosíssimos catálogos de assuntos para suporte informático. Às dificuldades de ordem técnica invocadas, junta-se o peso dos anos que eles suportam, anos durante os quais não puderam contar com aquele apoio, embora insuficiente, das chamadas Normas, já que estas são muito recentes; anos ao longo dos quais a sua constituição foi estando entregue, sucessivamente, a um grande número de técnicos, o que, nos tempos mais remotos, tornou difícil a consignação e a vigência de uma prática coerente, por difusa que fosse, imperando antes, um livre subjectivismo, comprometedor da desejável uniformidade; caberá notar que o catálogo em fichas dactilografadas, foi cancelado em 1988, com trinta anos de vida, e que o início do catálogo anterior, manuscrito, se perde na noite dos tempos.

A verdade é que, mais recentemente, se foram consagrando linhas de experiência e, em 1978, muito antes da publicação das Normas, portanto, a Biblioteca da Universidade apresentou no 6.º Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, um pequeno corpo de regras que, neste momento, se impunha, naturalmente, rever, completar e proceder a uma actualização, sendo isso o que, agora, se pretende concretizar².

² Dulce Barbosa Geraldês Mendes e outros - «Princípios para o estabelecimento de cabeçalhos de assuntos em bibliotecas gerais. In Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses, 6.º, Aveiro, 1978 - *Actas*. Aveiro: BAD, 1978.

Para além do apoio concreto e viável a uma revisão mais expedita e sistemática dos cabeçalhos de assunto do volumosíssimo catálogo em fichas dactilografadas³, constituirá um apoio, também, à indexação corrente, tentando melhorar a sua qualidade e, desde já, garantir a coerência na aplicação de princípios e a uniformidade do catálogo informatizado final.

Dado o volume e o amplo leque temático deste catálogo – lembramos que teve início em 1958 – a lista final controlada e estruturada, constituirá uma lista de autoridade, a qual poderá servir núcleos documentais de carácter enciclopédico ou a cooperação entre várias bibliotecas de diversas especialidades, como é o caso do Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Universidade de Coimbra (SIIB/UC).

Pensamos que este estudo poderá conduzir, através de reflexões conjuntas a uma unidade de pensamento e a uma formação técnica uniforme, permitindo, ainda, a constituição, utilização e permanente actualização de uma linguagem de indexação comum de qualidade, reconhecidamente em falta neste novo catálogo colectivo.

Fazêmo-lo, não por um perfeccionismo abstracto, mas pensando, obviamente, no utilizador, considerando ser uma imposição técnica e profissional conseguir que a pesquisa se revista de qualidade, de rapidez e de elevado índice de pertinência, levando-a a abandonar o degradante cariz aleatório que lamentavelmente a tem caracterizado; impõe-se que sintamos a responsabilidade pela perda de tempo que ocorre nas buscas quando se interroga livremente o sistema por palavras ditas chave, o que conduz a quantidades inoperacionais de registos e volumes desmedidos de informação, nem toda ela pertinente, sendo, à partida, reduzidas, trabalhosas ou, na sua forma, não muito visíveis, as possibilidades de intersecção lógica que vise a selecção; acresce que esta quantidade não elimina perniciosos silêncios.

Se a indexação se impuser pela sua qualidade e se o utilizador conhecer minimamente as linhas gerais dos critérios seguidos e se convencer de que as pesquisas se devem fazer num léxico controlado, cujos termos de indexação são a transposição do que existe nas etiquetas de campo estritamente destinadas a este fim, e não através de opções de pesquisa por palavra-chave que conduzem não a um léxico coerente e inequívoco, mas directamente ao conjunto dos registos – e podem ser centenas ou milhares! – que, da zona do título à das

³ Esta situação muito específica, exigindo uma metodologia própria, impediu a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra de participar no projecto CLIP, da PORBASE, que tem uma filosofia diferente, já que parte da constituição de linguagens de indexação para as várias áreas temáticas.

notas, passando pelos campos específicos da indexação, incluem o termo (ou parte dele) digitado na pesquisa. Estas «potencialidades» são, na realidade, um presente envenenado, pois conduzem o utilizador a um volume excessivo, e vazio, de informação, colocando-o, ainda, à mercê do acaso de combinações improdutivas⁴.

Muitos são os problemas e as responsabilidades técnicas da diversificada equipa que suporta um projecto desta envergadura; sob o ponto de vista biblioteconómico, a responsabilidade cabe, naturalmente, ao bibliotecário, que fará prevalecer as bases técnicas que, no novo contexto digital, permanecem⁵.

Não é por acaso que, hoje em dia, também no domínio das bibliotecas, já se fala de gestão de qualidade; foi esta uma das tónicas do espírito que se viveu nas 1.^{as} Jornadas das Bibliotecas da Universidade de Coimbra, realizadas em Outubro de 1999, e poderá constituir um incentivo para o trabalho comum que preconizamos.

Na prática verificou-se, nestas mesmas Jornadas, que muitas posições de técnica biblioteconómica, nomeadamente em pesquisa por assunto, foram tomadas por não profissionais, pelo que não admira o seu desajuste, reforçando a convicção de que o utilizador necessita de uma preparação específica ou uma grande clareza na apresentação dos caminhos que levam a resultados pertinentes; foram, contudo, unânimes em se considerarem grandes usufrutuários de uma indexação de qualidade.

Como base de todas as bases, afigura-se-nos conveniente apresentar, desde já, como esclarecimento prévio, uma posição que no decurso deste documento constitui verdadeiramente um *leit motiv*, um ponto de partida e referência para a reflexão e pilar de apoio para o desenvolvimento normativo em indexação: propomos não lidar com *palavras-chave* mas com conceitos, se quisermos chamemos-lhe *conceitos-chave*; eles são traduzidos por *termos de indexação*, compostos por uma ou mais palavras, os quais, pela sua função, são *termos-chave* de uma linguagem de indexação e deverão ser fixados num vocabulário próprio.

⁴ Se tomarmos como exemplo o sistema Libertas que suporta a Base SIB/UC, teremos disponível uma opção de pesquisa por palavra-chave de assunto onde, quem pretenda saber o que existe, por exemplo, sobre «nau portuguesa», depara com registos sem qualquer interesse, mas onde se encontram no título, na série, em determinado tipo de notas, a palavra «nau» ou a expressão «nau portuguesa», sendo, por isso, considerados resposta à pergunta feita: dos 26 registos apresentados, só 1 é pertinente à partida

⁵ Muriel Amar – *Les fondements théoriques de l'indexation. Une approche linguistique*. Paris: ADBS, 2000. Na Introdução, Michel Le Guern, fala na evolução dos instrumentos de trabalho, mas afirma que «de l'indexation manuelle à l'indexation automatique, il reste une continuité: la nature du descripteur reste fondamentalement la même et les structures cognitives de l'esprit humain n'ont pas changé».

Previamente, também, chamamos a atenção para o facto de um trabalho com estas características não ser apresentado da forma corrente como se se destinasse a uma leitura continuada; uma vez que essencialmente servirá consultas pontuais suscitadas por dúvidas práticas ou eventuais necessidades de esclarecimento, em cada ponto isolado a que se venha aceder, procura dar-se uma informação tão completa quanto o necessário para uma cabal explicitação, sob pena de se cair em repetições e infindáveis remissões para outros pontos ou notas.

Embora este documento se encontre orientado para a utilização de uma linguagem combinatória, vocabular, faz-se notar que qualquer linguagem categorial segue as mesmas linhas gerais do processo de indexação: tem presente as exigências da análise, empenha-se na coerência e uniformidade da representação e assume, como principal objectivo, prestar informação de qualidade.

Ao terminar cumpre-nos dar a conhecer que uma primeira versão deste trabalho foi alvo de discussão conjunta entre todos os bibliotecários dos serviços de catalogação da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Obtivemos, ainda, da parte de Paula Maria Fernandes Martins e de Fernanda Ribeiro, figuras de grande responsabilidade no meio biblioteconómico, contributos muito esclarecedores, prestados da forma mais enriquecedora que é a de uma reflexão conjunta.

A todos apresentamos os nossos agradecimentos⁶.

⁶ Este documento, em edição provisória de princípios de 2000, já estava a ser difundido, restritamente, para crítica, quando tivemos conhecimento do importante trabalho da IFLA – *Principles Underlying Subject Languages (SHLs)*. Munchen: K. G. Sauer, 1999. Nele se compila um conjunto de princípios vigentes na prática geral da indexação, verificando-se a sua aplicabilidade nas bibliotecas nacionais de onze países.

1.^a Parte ORIENTAÇÕES GERAIS

I – PRINCÍPIOS⁷

1. Qualidade da análise

A qualidade da indexação depende, antes de tudo, da qualidade da análise, resultando esta da fidelidade com que exprime o conteúdo total ou parcial do documento, ou seja, da fidelidade com que exprime o pensamento do autor; resulta, ainda, de uma avaliação positiva da sua pertinência informativa em relação ao potencial utilizador.

A 1.^a fase do processo de indexação consiste na análise do conteúdo temático/informativo dos documentos; o que está principalmente em causa, neste princípio, é a apreensão exacta do conteúdo informativo do documento, o respeito pelo pensamento nele consignado, conjugado com a pertinência, ou seja, com o valor potencial que tenha para o utilizador que solicite a informação ou que com ela venha a deparar-se. (Princípio 2).

De notar, ainda, que só essa apreensão exacta do conteúdo evita as situações de ambiguidade, em que facilmente se pode cair, e que impuseram a prevenção consignada no Princípio 7.

A qualidade da indexação depende assim, em primeiro lugar da qualidade da análise; é essa qualidade uma das garantias de que, em determinada pesquisa, não se recuperem documentos sem informa-

⁷ No referido documento da IFLA são propostos os seguintes Princípios: Uniformidade, Controlo da sinonímia e da homonímia, Semântica, Sintaxe, Consistência, Nomes, Justificação documental (autoridade da literatura corrente) e Utilizador.

ção pertinente («ruído»), ficando, eventualmente, escondidos outros que poderiam interessar («silêncio»)⁸.

Esta exigência pressupõe que o indexador desenvolva qualidades pessoais como as características de um espírito analítico-sintético; em primeiro lugar a objectividade, já que a análise é um campo onde o subjectivismo facilmente se insinua; deve possuir, ou propor-se adquirir, conhecimentos mínimos da área temática em que se move e contará sempre com o apoio regular de obras de referência, designação que alargamos a todos os novos meios e suportes de informação⁹. Deverá notar-se que a utilização simultânea de uma linguagem de indexação¹⁰ combinatória, e de uma linguagem categorial, de uma classificação, constitui um grande apoio para uma análise correcta, na medida em que, integrando o assunto concreto num âmbito mais vasto, o torna mais claro e facilita a sua identificação.

2. Interesse do utilizador; características do fundo bibliográfico

No processo de indexação, nomeadamente na identificação e selecção dos conceitos, ter-se-ão em conta os temas que constituam informação pertinente para o utilizador comum do serviço que indexa e correspondam aos objectivos e às características de um fundo bibliográfico concreto; na representação em termos de indexação, devem ser escolhidas as formas consagradas no uso corrente do meio a que se destinam.

Já se não pode contar, desprevenidamente, nos dias de hoje, com um utilizador de perfil bem definido, dada a generalizada disponibilidade da informação em redes e através de meios e suportes técnicos a todos acessíveis; mas, a verdade, é que as instituições que indexam não deixam de ter os seus objectivos próprios e as características dos seus fundos bibliográficos bem definidas, e não deixam, de facto, de contar, prioritariamente, com um tipo específico de pesquisa; esta situação reflecte-se nas opções a tomar, para que se possibilite o acesso à informação pertinente. A escolha de formas consagradas pelo uso

⁸ A outra garantia de qualidade para a indexação será dada pelo cuidado posto na escolha dos termos que irão representar os conceitos analisados. 2.º Parte, II.

⁹ NP 3715, 8.

¹⁰ A *linguagem documental* prefere-se a designação *linguagem de indexação*; as classificações bibliográficas também usam uma linguagem de indexação, naturalmente, que se apropria da designação, pura e simplesmente, de *classificação*, deixando livre, na terminologia corrente, o termo linguagem de indexação para as linguagens vocabulares.

corrente, numa dada área, baseia-se na convicção de que a resposta a dar àquele utilizador que tem questões bem definidas, e não àquele outro que apenas «vagueia», um pouco ao acaso; resposta que deve ser rápida e eficiente, garantindo-a logo numa primeira abordagem, com o mínimo possível de intervenção da sua parte em pesquisas indirectas, tantas vezes frustrantes¹¹.

Ressalvam-se as aberturas aconselhadas pela interdisciplinaridade, hoje reinante, e que são facilitadas, precisamente, pelo acesso alargado que os meios tecnológicos permitem¹²; preconiza-se a selecção eventual de um maior número de conceitos por documento, dado que se alargou o âmbito dos interesses; não se pode, ainda, perder de vista que, uma vez que a cooperação se alarga a uma diversidade de áreas temáticas, maiores serão também as probabilidades de cair em justificadas faltas de uniformidade nas escolhas de forma, facto a que a técnica biblioteconómica deverá estar atenta¹³.

3. Simplicidade formal

O termo de indexação deve assumir uma forma tão simples quanto possível

Dadas as características de ponto de acesso¹⁴ e a menor funcionalidade da pesquisa através de uma forma complexa, o termo de indexação deve ser tão simples quanto possível; justifica-se o uso de uma forma composta quando necessária para a representação de um conceito, porque em muitos casos, é impossível fazer representar um conceito por um termo simples, ou porque a forma composta se encontra consagrada no uso corrente¹⁵.

HOSPITAL PEDIÁTRICO nunca poderá ser representado por um termo simples; a forma adjectiva é mais simples do que a prepositiva, HOSPITAL PARA CRIANÇAS, pelo que será adoptada, a menos que esta última se imponha como forma mais corrente. (Princípio 2).

¹¹ Teoria dispersa na NP 4036: 6.2.5, 6.3.2.1 b), 6.5.1, 6.5.2, 6.5.4 a 6.5.8, 7.2.1 a), 7.3.1 a).

¹² NP 3715, 6.3.2.

¹³ 2.ª Parte, III, 18. Poderá admitir-se o recurso a um novo tipo de relações entre os termos, relações reversíveis de equivalência, como adaptação exigida pelos novos tempos, o qual não subverte a base técnica biblioteconómica; nestes casos é o bibliotecário que deve decidir.

¹⁴ 1.ª Parte, II, 2.

¹⁵ 1.ª Parte, III, 2.

4. Coerência e uniformidade

No processo de indexação deve impor-se a coerência da aplicação dos mesmos princípios e da manutenção dos critérios de escolha para a solução de casos análogos; é, digamos assim, uma uniformidade intrínseca. Deve, procurar-se, também, a uniformidade exterior, aquela que é imediatamente visível, que acima de tudo, anula as potencialidades da sinonímia, garantindo, para a representação de um mesmo conceito, a escolha de um mesmo termo; sempre que possível, deverão, também, utilizar-se termos de estrutura idêntica para conceitos análogos.

A uniformidade é a face exterior, visível, da qualidade de um catálogo; não se emprega, ora uma forma erudita, ora uma forma popular, ora o singular, ora o plural, por exemplo, para conceitos de uma mesma área (Princípio 5).

Mas nem sempre esta uniformidade pode prevalecer perante a coerência na aplicação de princípios e critérios; basta considerar, por exemplo, as possibilidades divergentes impostas pela prioridade dada às formas consagradas no uso corrente onde a uniformidade imporá, a escolha, em absoluto, de uma mesma forma; por exemplo, de uma das formas do termo composto, adjectiva, prepositiva ou com modificador após vírgula; ainda exemplificando, vemos que se imporá a forma AFONSO I para o primeiro rei de Portugal, forma pela qual, na pesquisa, não seria efectivamente procurado em primeira mão; não temos dúvida em eleger, coerentemente com o Princípio 2, a forma AFONSO HENRIQUES.

Distinguimos terminologicamente estas duas exigências, coerência e uniformidade, para maior clareza no entendimento de dois aspectos efectivamente distintos; é, contudo, corrente em indexação, adoptar, indistintamente, o termo *consistência* para as duas situações, como permanência de utilização dos mesmos critérios e formas, na mesma perspectiva da qualidade do resultado final, do catálogo¹⁶.

5. Controlo da sinonímia

Para um mesmo conceito deve escolher-se um único termo de indexação (termo preferencial ou descritor), permitindo-se através de uma relação de equivalência o acesso pelos seus sinónimos (não descritores)¹⁷.

¹⁶ Os citados *Princípios* publicados pela IFLA apresentam distintamente *consistência* e *uniformidade*.

¹⁷ NP 4036, 3.5, 3.6, 8.2.1.

Só em pontos remotos, a propósito de controlo do vocabulário e das relações de equivalência que se devem estabelecer num tesauro, é que a NP 4036 refere abertamente o aspecto fundamental de controlo da sinonímia¹⁸ que, aliás, determinada todas as escolhas antes preconizadas¹⁹; não o investe, contudo, na função de princípio geral, que efectivamente lhe cabe.

6. Analogia

Em casos de dúvida na aplicação directa dos princípios e das normas, procurar-se-á uma solução análoga a alguma já encontrada para casos idênticos, fazendo assim valer a coerência e a uniformidade.

7. Controlo da ambiguidade

A escolha dos termos, em qualquer caso, mas muito particularmente em sistemas pós-coordenados, deve ser cuidadosamente feita de modo a que não resulte ambiguidade no momento da pesquisa.

O caso mais evidente de ambiguidade deve-se a uma falta de controlo da polissemia; há que ter um cuidado especial com os homógrafos, pois o mesmo termo não pode representar dois conceitos, sob pena de provocar «ruído» na informação²⁰.

Surgem, também, situações propícias à ambiguidade quando uma operação booleana é realizada no momento da pesquisa, em pós-coordenação, portanto, interceptando dois conceitos para obter um outro mais específico; a norma apresenta um exemplo que se tornou clássico: o produto da interceptação entre *alimentação* e *plantas* pode conduzir aos conceitos diferentes de *alimentação de plantas* e *plantas como alimentação*. Convém notar que o risco é efectivamente corrido ao nível da análise; ao optar por dois conceitos genéricos em vez de um específico, por razões muito próprias e expressamente permitidas nas normas, o indexador tem que prever as consequências que daí podem advir, neste caso os efeitos perniciosos da ambiguidade²¹.

¹⁸ NP 4036, 5.1 b), 8.2.2.

¹⁹ Nomeadamente em 6.2.5 e 6.5.

²⁰ Recorre-se a qualificadores quando necessário. 1.ª Parte, II, 3.

²¹ NP 4036, 7.2 1 b) e 7.3.2; 1.ª Parte, I, Princípio 1; II, 1, 4.3.1; III, 3.1; 2.ª Parte, III, 6, 11.3 e 12.

II – PRECISÕES TERMINOLÓGICAS

Em indexação por assuntos, para que haja entendimento perfeito e comunicação, particularmente no decurso de um trabalho em comum, como, aliás, em qualquer outro domínio, é necessário que se reconheçam os mesmos e bem definidos conteúdos semânticos aos termos técnicos utilizados e que, ultrapassadas as alternativas, se fixem num elenco de terminologia técnica.

O objectivo deste ponto não é propriamente a fixação da terminologia geral da indexação por assuntos, mas, antes, como base de entendimento, como base de trabalho, apresentar o sentido adoptado para certos conceitos, tecendo algumas considerações justificativas, já que constituem casos em que esse mesmo sentido não é unanimemente aceite e apresentado na bibliografia corrente, inclusive nas próprias Normas.

Como prevenção, deve notar-se que não há qualquer razão para que não se empreguem termos consagrados, neste domínio, como, por exemplo, e apenas exemplo, *utilizador*, *catálogo* e *obra de referência*; é inquestionável que os utilizadores se servem das novas tecnologias nas suas pesquisas e que já não lhes podemos caracterizar os perfis com a mesma precisão, mas não deixam de ser utilizadores; é, também verdade que as novas tecnologias oferecem meio e suportes diferentes à informação, neste caso, à informação bibliográfica; generalizou-se, e bem, o termo base de dados bibliográficos, mas estas não deixam de ser catálogos e não deixam, também, de usar as técnicas biblioteconómicas do tratamento catalográfico; é alargadíssimo o leque de novos tipos de fontes de informação proporcionados pelas novas tecnologias, mas não deixam de ser consideradas obras de referência.

1. Conceito/termo de indexação

Conceito, na perspectiva da indexação, é uma unidade de pensamento de um determinado conjunto que constitui o conteúdo temático de um documento; o conceito torna-se claro ao indexador por um processo de análise, através da qual é identificado e, no caso de se lhe reconhecer pertinência informativa, é, seguidamente, seleccionado.

Termo de indexação, representação do conceito, quer vocabular – simples ou composta – quer simbólica, conforme o tipo de linguagem de

indexação utilizada, que constitui um ponto de acesso do utilizador à informação e se integra num vocabulário próprio de uma linguagem de indexação combinatória ou num quadro classificatório de uma linguagem categorial.

Este binómio *conceito/termo* é uma referência de base que nos situa com precisão e à partida, no âmbito do processo de indexação e nos revela a natureza dos problemas que se põem em cada uma das suas duas etapas: por uma análise identificam-se, *reconhecem-se*, os *conceitos* do conteúdo temático de um documento para, em seguida se *representarem em termos de indexação*²².

Lida-se, portanto, na primeira fase, com conceitos que constituem unidades de pensamento do conteúdo temático do documento; conceitos que aí vêm expressos numa linguagem natural, mas que, para efeitos de fácil comunicação e pesquisa, vão representar-se numa linguagem de indexação; para esta representação devemos ter presente que os termos de indexação apresentam-nos *problemas de forma* propriamente dita – que forma, em geral, os termos *podem assumir*²³ – e *problemas de escolha de forma*, ou seja, que forma, em cada caso concreto, *se deve escolher*²⁴.

Na linguagem corrente, na lógica e na indexação por assuntos, *conceito* e *termo* não se identificam. Conceito, também designado por ideia e noção, constitui uma representação intelectual de um objecto; termo é a sua representação formal, o seu suporte visível, digamos assim.

Estas definições e distinções precisas não têm, apenas, um interesse académico, teórico e um interesse prático de corresponderem às fases do processo de indexação; a verdade é que se reflectem em decisões pontuais frequentes, com que esse processo nos brinda, particularmente no âmbito da complexa problemática do termo *composto*, que, por ser composto, não deixa de corresponder a *um único conceito*; a sua decomposição é possível mas se não resultar de uma *análise idónea*, pode conduzir a ambiguidades; a simplicidade desejável,

²² UNISIST – *Principes d'indexation*. Paris: Unesco, 1975. (SC.75/WS/58). A NP 3175, em 4.3, reconhece três fases: análise do documento, identificação e selecção dos conceitos e representação destes em termos. O conteúdo é, no entanto, o mesmo dos *Principes d'indexation*, que agrupam as duas primeiras numa só fase; para o fim em vista é mais clara esta última posição, pois corresponde a uma dualidade de características técnicas: o *conceito* reconhece-se, e *representa-se* a seguir através de um termo de indexação.

²³ NP 4036, 3.4, 3.7, 6.2 a 6.4, 7.4.

²⁴ NP 4036, 6.25, 6.3 a 6.5, 7.2 e 7.3.

conseguida, apenas, por uma simplificação formal, não tem qualquer justificação.

Mais uma vez vem à colação o exemplo da Norma, para confirmar que *alimentação de plantas* e *plantas como alimentação* são dois conceitos pelo que têm que ser representados por dois termos; aliás, mesmo que na pesquisa não se corresse o risco de ambiguidade, só em casos de temas de áreas periféricas é que se justificaria uma pesquisa por dois conceitos genéricos para, por recurso a uma operação lógica, obter informação sobre um conceito específico; como ficou claro, só se recorre à generalização se não se prever que possa surgir qualquer ambiguidade numa eventual pós-coordenação²⁵.

A NP 4036, em notória falta de qualidade básica, não tem presente esta distinção, não lhe reconhece interesse, já que, numa nota de pé da página inicial, comunica que, «por razões práticas», termo e conceito serão, «por vezes, utilizados com o mesmo sentido»²⁶.

2. Características do termo de indexação

O termo de indexação tem como característica essencial a sua funcionalidade; actua na pesquisa como *ponto de acesso* à informação, como uma porta de entrada, por assunto, num sistema informativo.

2.1

Como ponto de acesso é quase uma sugestão para a pesquisa, um indício da proximidade da informação; não é uma expressão sintáctica descritiva de qualquer conteúdo de qualquer documento; por si só não dá informação mas conduz à informação; é desejável dotá-lo de uma simplicidade formal, como se fora mesmo e apenas um *ponto* – figura geométrica sem dimensões que é também sinal gráfico de dimensões reduzidíssimas – o qual possa ocorrer facilmente à mente de quem pesquisa, que até pode acabar por se memorizar, e é facilmente utilizável na interrogação ao sistema; por isso é termo e não frase ou proposição gramatical; aliás, a riqueza e a liberdade sintácticas dispersariam, levariam fatalmente a uma perda de informação, pois não teriam, em si, a garantia de que vários utilizadores questionassem o sistema da mesma forma; estes por seu lado,

²⁵ NP 3715, 6.4; 1.ª Parte, I, Princípio 7, nota 21

²⁶ NP 4036, 0, c), nota 1; a NP 4285:2000, 3.1, p. 3, foge à dificuldade da distinção remetendo-a para a norma ISO 1087:1990

não saberiam qual das formas possíveis teria sido escolhida pelo indexador²⁷.

Concluimos que o termo de indexação não é uma proposição gramatical, mas haverá quem se interrogue se esta posição vai prevalecer na indexação automática, que gostaríamos de acreditar que não tardará a generalizar-se, acompanhando a digitalização de textos e sua incorporação nos próprios catálogos, na medida em que se virá a servir da linguagem natural, tornando obsoletas estas técnicas que agora nos ocupam.

Com clareza vemos que a escolha dos termos será feita livre e automaticamente no texto integral ou em resumos de qualidade, sem intervenção humana, mas tal só será possível com o apoio de estudos linguísticos e estatísticos, incidindo nas diversas áreas, que conduzam ao levantamento de termos e expressões sinónimos, os quais podem aparecer indiferenciadamente no texto, estudos que proporcionem o estabelecimento das suas equivalências; a indexação automática permite, assim, na pesquisa, vários termos de acesso para um mesmo conceito, mas para que, de facto, conduzam todos a esse mesmo conceito, para que se atinja a qualidade de informação, não poderão deixar de exigir-se o *controlo da linguagem* e as condições necessárias para que ele actue automaticamente; continuarão, pois, válidos e necessários os princípios e as normas que serão aplicados, na construção de um ficheiro de termos de indexação controlados, integrado num sistema automático de gestão da informação bibliográfica.

É preciso que os técnicos da área da biblioteconomia sejam os primeiros a convencerem-se desta realidade, fazendo-se ouvir nos desenvolvimentos necessários à sua aplicação²⁸.

2.2

A simplicidade desejável ao ponto de acesso à informação pelo assunto não implica que a um termo corresponda necessariamente uma só palavra; a simplicidade reside, em primeiro lugar, repetimos, no facto de *um termo* corresponder a *um conceito*; são os condicionalismos da linguagem de indexação, no seu paralelismo com a linguagem natu-

²⁷ Situamo-nos em sistemas pós-coordenados; em sistemas pré-coordenados impõe-se o controle de cada uma das partes componentes coordenadas «do conjunto da entrada». 1.^a Parte, II, 4.2.

²⁸ Quando em Portugal, em 1986, tão tardiamente, se iniciou a aplicação generalizada da informática às bibliotecas, o que sabíamos da experiência de quase três décadas de outros países, tornava bem clara esta realidade; a verdade é que se verificou, em repetidas situações, que ainda teria sido preciso chamar a atenção para ela, na altura, e, lamentavelmente, hoje, ainda, não se tornou despiendo fazê-lo.

ral, que levam frequentemente à adopção de termos compostos que representam *um* conceito; assim não se poderá fazer equivaler termo de indexação a palavra-chave.

Em segundo lugar, reconhecemos que outra faceta da simplicidade se manifesta na forma; se houver possibilidade de escolha entre mais do que uma forma para um mesmo conceito, e se outro princípio não se impuser, deverá escolher-se a forma mais simples, o que está de acordo com o Princípio 3, que acima anunciamos, e na linha geral dos pontos 7.2 e 7.3 da NP 4036.

Quando não se pode escolher um termo simples, entre compostos considera-se mais simples uma forma composta que recorre à adjetivação do que uma expressão prepositiva²⁹.

3. Modificador

Exploremos um pouco a doutrina do termo composto que nos apresenta, na prática corrente e ao longo dos tempos, um conjunto de designações sem definições precisas, susceptíveis, portanto, de serem indiferentemente usadas com vários sentidos.

3.1

Na formação lógica de um termo composto pode reconhecer-se um conceito genérico e a intervenção de uma diferença específica de que resulta um conceito específico; HOSPITAL é a representação do conceito genérico, PEDIÁTRICO corresponde à diferença específica; da intercepção lógica destes dois elementos forma-se o conceito específico representado pelo termo HOSPITAL PEDIÁTRICO; a representação dessa diferença específica pode assumir esta forma de adjetivo, mas também a forma de substantivo ligado por uma preposição, HOSPITAL PARA CRIANÇAS; nos dois casos, a diferença específica é designada por *modificador* ou *distintivo* e por vezes também *especificador*.

Não se torna necessário analisar cada uma destas designações para escolher a mais adequada, pois sendo modificador a forma preferida pela NP 4036, embora não deixe de referir, também, distintivo, será *modificador* a forma por nós adoptada; especificador nem sequer é referido, talvez pela maior sintonia da Norma com a linguística do que com a lógica.

²⁹ 2.ª Parte, 9.1.

3.2

A designação *qualificador* também poderia ser aplicada, e já o foi, no sentido de modificador, mas é reservado na Norma em causa, e portanto por nós aceite, para designar a nota que se coloca, entre parêntesis, à frente de homógrafos, e que explicita o conteúdo conceptual a que o termo se reporta³⁰.

4. Coordenação: pré e pós-coordenação

As Normas com que trabalhamos referem os termos *coordenação*, *pré-coordenação* e *pós-coordenação*, mas, não só não os definem, como os empregam com sentido duplo, indefinição que, aliás, também encontramos em muita da bibliografia corrente, na qual, para agravar, ainda se encontra frequentemente a aplicação de outros termos para estes mesmos conceitos³¹.

Será importante que se faça um esclarecimento, sob pena de, a não ser feito, sair afectada a compreensão de alguns dos itens das Normas e também deste mesmo documento.

Neste ponto, talvez de uma forma mais premente, é importante recordar que *aceitámos, como base de raciocínio, como lógica subjacente a toda a teoria da indexação, que a um conceito corresponde um só termo, simples ou composto, e um termo corresponde a um só conceito*; a coordenação dá-se entre unidades conceptuais, expressas em unidades terminológicas as quais não deixam de ser unidades se forem compostas.

Procuraremos que este ponto de partida dê fundamentação lógica às definições e precisões terminológicas que passam a apresentar-se³².

4.1

Coordenação: entende-se que coordenar é proceder a uma operação lógica de intercepção de dois ou mais conceitos de um mesmo documento, feita no momento da indexação (perspectiva do indexador) ou no momento da pesquisa (perspectiva do utilizador).

A intercepção é feita, visivelmente, entre os termos que representam os conceitos em causa, mas sendo os conceitos representados pelos termos, é entre estes que verdadeiramente a coordenação ocorre: coordenam-se os conceitos através dos termos que lhes correspondem.

³⁰ 1.ª Parte, III, 3; 2.ª Parte 12.

³¹ Maria Teresa Pinto Mendes - *A coordenação no processo de indexação por assuntos*. Coimbra, 1984.

³² 1.ª Parte, II, 1.

Para nos acompanhar nesta explanação, vamos eleger um exemplo tirado do Preâmbulo da NP 4036: O COMPUTADOR NOS BANCOS DE AMESTERDÃO.

Partindo do princípio que o título expressa com fidelidade o conteúdo do documento, o que só a análise nos permitiria concluir, podemos identificar dois conceitos: COMPUTADORES e BANCOS DE AMESTERDÃO, que não devem ser representados por três termos simples, como quer a Norma, já que ao *segundo conceito* pode e deve corresponder um *termo composto*, no qual Amesterdão é um modificador geográfico³³.

4.2

Pré-coordenação: se nos colocarmos na perspectiva do indexador, como agente que procede à coordenação, falar-se-á em pré-coordenação³⁴. Nos dias de hoje em que as potencialidades dos sistemas informáticos abriram à pesquisa, definitivamente, as vantagens da pós-coordenação, pouco se fala já de sistemas pré-coordenados, embora ainda haja quem os defenda³⁵; a própria NP 4036 foge, por vezes, à expressão *sistema pré-coordenado* e emprega *índice pré-coordenado*, pois é de facto na construção de índices por meios informáticos que a pré-coordenação ainda se utiliza; diz claramente: «Num índice pré-coordenado os termos escolhidos [...] estão organizados em entradas de índice, de tal maneira que o conjunto da entrada³⁶ expresse o assunto sob forma resumida. As relações entre os termos podem fazer-se de diferentes maneiras, por exemplo, segundo a ordem das palavras, pela escolha de caracteres tipográficos especiais ou pontuação. Em certos sistemas, os termos podem estar organizados em frase ligadas por preposições e outros auxiliares.»³⁷

³³ 1.ª Parte, III, 2.

³⁴ Os antigos cabeçalhos dos catálogos em fichas, dada a impossibilidade de permitirem a coordenação no momento da pesquisa, recorriam à pré-coordenação; os cabeçalhos, também designados por rubricas ou epígrafes, eram assim uma expressão do conteúdo total do documento, como se fossem *mini-abstracts*.

³⁵ Timothy C. Craven – *String indexing*. Orlando: Academic Press, 1986.

³⁶ «Conjunto da entrada» e não «conjunto de entradas» como a NP 4036 traduz o mesmo passo da ISO 2788. A 1.ª edição das *Anglo-American Cataloguing Rules*, numa segunda definição de «entrada», apresenta-no-la como «cabeçalho», como, aliás, entre nós, era considerada na terminologia tradicional.

³⁷ NP 4036, 6.3.1 a). Notemos que entre as primeiras experiências de automatização da indexação encontram-se as que conduziam à elaboração, por computador, de índices permutados impressos (Lucille H. Campey – *Generating and printing indexes by computer*. London: Aslib, cop. 1972), que ainda hoje são usados para obras impressas, nomeadamente sob a forma de *citation indexes*.

Como imposição de qualidade, a escolha de cada um dos componentes deverá ser controlada à luz dos Princípios.

A pré-coordenação conduziria, no exemplo que escolhemos, à constituição de um cabeçalho composto pelos dois termos: COMPUTADORES – Bancos de Amesterdão³⁸; o sinal de ligação dos dois termos, aqui o traço, é convencional; são vários e diferentes os sinais utilizados nos vários sistemas pré-coordenados.

Chama-se *pré-coordenação* porque a intercepção decorre durante o processo de indexação, antes do momento da pesquisa.

4.3

Pós-coordenação: quando a intercepção é feita pelo utilizador no momento da pesquisa – intercepção dos conceitos sobre os quais, em conjunto, deseja uma informação – falar-se-á de *pós-coordenação*.

No exemplo em causa, a pesquisa far-se-á, coordenadamente, por COMPUTADORES e por BANCOS DE AMESTERDÃO; naturalmente, cada um dos termos, por si só, não deixa de constituir um ponto de acesso.

É *pós-coordenação*, precisamente, porque se passa após a indexação propriamente dita; é feita no momento da pesquisa, após o processo de indexação.

4.3.1

A *pós-coordenação* será, porventura, a operação que mais ocasiões de ambiguidade desencadeia.

Sintetizando, pode dizer-se que os principais riscos se verificam:

- a) *quando a análise dos conceitos é defeituosa*: considerando, como a Norma considera no exemplo citado, não dois mas três conceitos: COMPUTADORES, BANCOS e AMESTERDÃO; teoricamente, poderia obter-se informação sobre COMPUTADORES e BANCOS DE AMESTERDÃO mas também sobre COMPUTADORES DE AMESTERDÃO e BANCOS; o ruído é manifesto; não é colhida, apenas, a informação pertinente.³⁹

³⁸ Para opção formal deste 2.º termo, ver 2.ª Parte, 14.

³⁹ É evidente que uma análise errada, nestas circunstâncias, pode ocorrer também num sistema pré-coordenado; contudo a visibilidade do contexto – nomeadamente o autor e o título – pode, até certo ponto, atenuar as possibilidades de ruído; em índices construídos por computador, quer o título quer o conjunto autor/título (*citation indexes*, ver nota 37) acompanham os termos de indexação e nos sistemas convencionais, em fichas, o autor e o título do documento são facilmente localizados no corpo da entrada.

b) *quando, na análise, se recorre a conceitos genéricos*, por decomposição de termos compostos correspondentes a conceitos específicos⁴⁰ sem se preverem as consequências de recuperação de dois conceitos diferentes numa pós-coordenação; vejamos os exemplos de conceitos genéricos, também estes apresentados na Norma em causa: ALIMENTAÇÃO e PLANTAS e ACIDEZ e SOLO; considerados isoladamente, no primeiro caso, a pós-coordenação conduz a informação sobre ALIMENTAÇÃO DE PLANTAS e PLANTAS COMO ALIMENTAÇÃO; no segundo, conduz a informação sobre ACIDEZ DO SOLO e SOLO ÁCIDO. Também aqui é claro o ruído.

4.4

Dois sentidos para pré e pós-coordenação; não se encontrando na NP 4036 definições de *coordenação*, com referência às suas duas possíveis formas⁴¹, faltando a atribuição coerente de um mesmo sentido a um mesmo termo e faltando, ainda, uma precisão terminológica que ajudasse a sua clarificação, parece oportuno fazer complementarmente alguns comentários; é essa a justificação dos pontos que se seguem, os quais, para além de necessários, reforçam e justificam as opções tomadas nos pontos 4.1 a 4.3.

4.4.1

Na segunda alínea a) do seu Preâmbulo, a NP 4036 fala em *sistema pós-coordenado* e em *índice pré-coordenado* e, particularmente através do exemplo, já referido, poderemos considerar que estão em causa os termos correspondentes aos *diversos conceitos* do conteúdo de um documento, ou seja, o mesmo sentido que acima lhe atribuímos.

No ponto 6.3.1 a), já atrás citado, o sentido será o mesmo; explicita-se que num «sistema pós-coordenado [...] os termos são atribuídos a um documento, como chaves de pesquisa independentes, sem indicar as suas inter-relações» e «num índice pré-coordenado os termos escolhidos estão organizados em entradas de índice, de tal maneira que o conjunto da entrada⁴² expresse o assunto de forma resumida».

Em 7.1.1 diz-se que «num sistema pós-coordenado, estes (os termos) serão designados como chaves de pesquisa independentes, ou tomados como componentes de uma entrada de índice pré-coordenado», conteúdo que parece não se afastar dos anteriores.

⁴⁰ 2.ª Parte, 6 e 11.

⁴¹ Encontramos uma terceira forma de pré-coordenação em bibliografia mais antiga onde é frequente deparar-se com a designação de *linguagens pré-coordenadas* referindo-se a linguagens categoriais de tipo enumerativo. É evidente que nelas há uma pré-coordenação, mas anterior ao processo de indexação.

⁴² Notas 27 e 35.

4.4.2

Contudo esta última citação torna-se ambígua se a relacionarmos com o texto que a integra: «Pode decidir-se, como regra geral, que os termos devem representar, tanto quanto possível, noções simples ou unitárias e que os termos compostos devem decompor-se em elementos mais simples [...] As noções complexas devem representar-se por combinações de termos separados».

Começa a vislumbrar-se uma coordenação a nível do termo que, aliás, se anunciara em 5.2, quando se alude aos «limites em que um termo composto deve ser retido na sua forma pré-coordenada ou desdobrado nos seus componentes [...] podendo, cada um deles, ser utilizado separadamente como termos de indexação»; esta posição confirma-se, mais à frente em 7.1.2, quando se referem «critérios que permitem determinar se um dado termo composto deve ser mantido na sua forma pré-coordenada ou decomposto em elementos separados, cada um deles aceite como termo de indexação» e, ainda, em 7.1.4 onde esta ideia se repete quando se afirma que «para explicar as razões que levam a decidir se um termo deve ser mantido na forma pré-coordenada ou decomposto sintacticamente».

Verificamos que aqui as opções são tomadas a nível do termo, da representação dos conceitos, e não a nível destes últimos, a nível da sua análise, quando é evidente que sem uma análise correcta não pode haver indexação de qualidade⁴³.

4.5

Imprecisões terminológicas. Não encontramos na bibliografia técnica biblioteconómica uma preocupação séria de fixação da terminologia, notando-se, decorrentemente, uma falta de precisão terminológica na linguagem técnica corrente; não quereríamos uma preocupação resultante de um purismo técnico-linguístico, mas que adviria, antes, da consciência do seu reflexo negativo no entendimento comum, que se torna mais grave do que sempre foi, nesta era da cooperação. A imprecisão conduz a ambiguidades de efeitos nocivos, já bem experimentados.

4.5.1

Quando a noção de pós-coordenação apareceu no horizonte da indexação corrente não foi suficientemente explicada nem, posteriormente, a NP 4036, e o sistema SIPORBASE⁴⁴ o fizeram; pelo contrá-

⁴³ 2.ª Parte, I, Princípio 1.

⁴⁴ BIBLIOTECA NACIONAL - SIPORBASE. *Sistema de indexação em português. Manual*. Lisboa: BN, 1988.

rio, e pelo que diz respeito à Norma, verificamos que lida mal com as noções de coordenação e conduz a grandes ambiguidades; quando dá como regra geral a adopção do termo simples, regra que, na realidade, acaba por se apresentar repleta de excepções, abre espaço ao velho espectro da palavra-chave, que pode, por sua vez, levar a posições de aligeiramento que entendam que um sistema pós-coordenado implica, sistematicamente, a *decomposição dos termos compostos*, como se *Arte portuguesa* se pudesse decompor em *Arte e Portugal*.

Este exemplo, embora caricatural, ilustra situações reais, vividas, justificando a insistência na convicção básica de que conceito e termo, não se equivalem, tendo a distinção entre eles que estar sempre presente em todo o processo de indexação, particularmente na análise.

4.5.2

Outra imprecisão encontramos-na na designação de *indexação pré ou pós-coordenada*, dos pontos 1.2 e 6.3.1 a) da NP 4036 e também em alguma bibliografia, valha a verdade⁴⁵.

Verdadeiramente a indexação, *como processo*, não se pode caracterizar e denominar como pré coordenada ou pós-coordenada, já que «[...] *L'indexation est l'opération qui consiste à décrire et à caractériser un document à l'aide de représentations des concepts contenus dans ce document, c'est-à-dire à transcrire en langage documentaire les concepts après les avoir extraits du document par une analyse*»⁴⁶. Assim, as técnicas de descrição, caracterização e representação do conteúdo de um documento, são as mesmas, sejam quais forem os suportes técnicos de armazenagem e os meios de pesquisa e recuperação da informação.

Apesar de uma evolução muito apreciável que a ficha, suporte convencional, sofreu, no sentido de permitir a pós-coordenação⁴⁷, só os suportes e os meios informáticos o conseguiram com verdadeira eficácia o que, conseqüentemente, levou à sua generalização.

4.5.3

Mas, como é evidente, se a armazenagem, a pesquisa e a recuperação da informação não influem no processo biblioteconómico da inde-

⁴⁵ Maria Teresa Pinto Mendes – *Ob. cit.*

⁴⁶ Definição de UNISIST – *Ob. cit.* Consideramos esta definição tecnicamente mais precisa, além de mais simples e incisiva, do que as duas definições que a NP 3715 apresenta nos seus pontos 3.8 e 4.1.

⁴⁷ FID – *Manuel pratique de reproduction documentaire et de selection*. Paris: Gauthier-Villars, 1964.

ção, fazem, inequivocamente, parte de um todo a que podemos chamar *sistema de indexação*; deparam-se com o conjunto dos termos que representam os conteúdos temáticos dos documentos, e é sua função torná-los acessíveis ao utilizador; se os termos se encontram coordenados, então o *sistema é pré-coordenado*; se os termos se encontram soltos, disponíveis para a coordenação que cada utilizador desejar, e a que procede na hora da pesquisa, esta operação efectua-se dentro de um *sistema pós-coordenado* ou seja, efectua-se posteriormente ao processo de indexação, já sem a intervenção do indexador.

Sintetizando:

- a) são os conceitos e os termos que os representam que se coordenam e não as palavras.
- b) a indexação, por si só, não é pré nem pós-coordenada.
- c) um sistema de indexação é que pode ser pré ou pós-coordenado.

III – FORMA DOS TERMOS DE INDEXAÇÃO

No processo de indexação, a escolha dos termos mais adequados à representação dos conceitos oferece dificuldades muito próprias.

A tarefa resultará facilitada se se tiverem claramente presentes as *várias formas* possíveis e diversas, que esses termos podem assumir e que assim se resumem: *termo simples*, *termo composto* e *termo com qualificador*; qualquer destas categorias pode necessitar de ser seguida de *notas explicativas*.

1. Termo simples

Quando um termo é formado apenas por uma palavra diz-se que é um termo simples.

Essa palavra será sempre um substantivo; não poderá ser adjetivo, advérbio ou verbo.

2. Termo composto

O termo composto, embora correspondendo a *um só conceito*, é formado por duas partes: *núcleo* e *modificador*

EX.:

ACIDEZ DO SOLO

ACIDEZ, o *núcleo*, corresponde ao conceito genérico que está na origem do específico acidez do solo e SOLO corresponde à diferença específica, tecnicamente designada por *modificador*

- a) O *modificador* serve «para restringir a extensão do sentido do núcleo, especificando uma das suas subclasses», diz a Norma 4036, em 3.7 b); funcionalmente escolhe-se para pospôr a um termo genérico, do que resulta a representação de um conceito específico.

Impõe-se que se avaliem as necessidades de especificação, que podem levar a eleger termos compostos de maior ou de menor complexidade, especificação que deve ser pautada pelo volume de registos existentes de um determinado tema e pelo crescimento bibliográfico previsto, pela sua ocorrência, portanto.

A mesma preocupação de coerência e uniformidade com que se escolhe a forma de um termo simples e a de um núcleo, dentro de um termo composto, tem que estar presente na escolha de um modificador.

- b) Contudo a «modificação» não se dá, funcionalmente, apenas para, numa linha hierárquica de classe/subclasse («restringir a extensão»), chegar a um termo específico, cuja ocorrência o justifique; pode escolher-se uma delimitação de um conceito, com um núcleo comum a um número elevado de conceitos, com o fim de o distinguir desses outros nuclearmente próximos; o modificador pode orientar a pesquisa, localizando mais fácil, rápida e pertinentemente.

Aliás a Norma, no ponto referido, também chama *distintivo* ao modificador, o que corresponde à função neste caso exercida.

EX.:

ARITMÉTICA, ensino
 ARITMÉTICA, ensino básico
 ARITMÉTICA, exercícios
 ARITMÉTICA, história
 ARITMÉTICA, manual
 ARITMÉTICA, Portugal
 ARITMÉTICA, séc. 16

PRAXE ACADÉMICA, Braga
 PRAXE ACADÉMICA, Coimbra
 PRAXE ACADÉMICA, Lisboa

- c) Para exprimir totalmente a especificidade de um conceito pode ter que recorrer-se a mais do que um modificador, eventualmente de tipos diferentes.

EX.:

LITERATURA PORTUGUESA, influência europeia

2.1 Os termos compostos podem apresentar-se como:

- a) *Expressão adjectiva* quando o modificador é constituído por um adjectivo

EX.:

ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
HOSPITAL PEDIÁTRICO
LITERATURA PORTUGUESA

- b) *Expressão prepositiva* quando o modificador é ligado ao núcleo por uma preposição

EX.:

ABANDONO DOS ESTUDOS
HISTÓRIA DE PORTUGAL
PINTURA A ÓLEO

- c) *Expressão em que o núcleo e o modificador são separados pelo recurso à vírgula:*

EX.:

ARITMÉTICA, exercícios
ENSINO BÁSICO, Moçambique
POESIA PORTUGUESA, ensino

2.2 Tipologia dos modificadores.

Recordando o velho sentido de sub-epígrafe da terminologia tradicional, podemos atribuir aos modificadores, a tipologia, também tradicional, que os classifica como *temáticos, geográficos, cronológicos e formais*⁴⁸.

⁴⁸ Jorge Peixoto – *Técnica Bibliográfica*. Coimbra: Atlântida, 1962. P. 27. Note-se que esta tipologia pode servir a termos de indexação e não só a modificadores; um geográfico, por exemplo, pode, em determinado documento, ter o papel de *núcleo*

Esta tipologia aplica-se aos modificadores de qualquer das formas de termo composto, adjectiva, prepositiva e com recurso à vírgula. e a qualquer dos modificadores de termos que possuam mais do que um.

EX.:

a) *Temáticos*

ABANDONO DOS ESTUDOS
HOSPITAL PEDIÁTRICO
LITERATURA PORTUGUESA, influência europeia

b) *Geográficos*

ENSINO BÁSICO, Moçambique
LITERATURA PORTUGUESA

c) *Cronológicos*

HISTÓRIA DE PORTUGAL, 1926
HISTÓRIA DE PORTUGAL, séc. 20

ARQUITECTURA, Idade do Bronze
FEIRA MEDIEVAL

HISTÓRIA DE PORTUGAL, 1926-
HISTÓRIA DE PORTUGAL, 1926, até

d) *Formais*

EX.:

LITERATURA PORTUGUESA, conferência
LITERATURA PORTUGUESA, dicionário

quando, por exemplo, o seu conteúdo informativo descrever uma localidade de uma forma global, de carácter histórico ou monográfico; o geográfico será, assim, um termo de indexação simples ou núcleo de um termo de indexação composto (ex.: COIMBRA para *Coimbra e as Beiras*, de Jaime Lopes Dias); o mesmo se pode dizer para uma obra que, por exemplo, descreva e caracterize um século (ex.: SÉC. 20 para *As grandes questões do nosso tempo*, de Edgar Morin), ou uma obra que descreva o que se entende por um manual para ensino, por um ensaio, etc.; (ex.: ENSAIO para ...*O ensaísmo político e educacional em H. G. Wells*, de Maria Leonor Pires Fernandes); assim, temos termos, e não só modificadores, geográficos, cronológicos e formais.

LITERATURA PORTUGUESA, ensaio
LITERATURA PORTUGUESA, exercícios
LITERATURA PORTUGUESA, manual

3. Termo com qualificador

3.1

No caso de homógrafos ou políssemos, ou seja, no caso de um termo ter mais do que um significado, o que conduziria a uma ambiguidade na pesquisa, recorre-se a qualificadores, dentro de parêntesis, que fixam os respectivos significados; o qualificador faz parte do termo de indexação⁴⁹.

EX.:

MERCÚRIO (Metal)
MERCÚRIO (Deus)
MERCÚRIO (Planeta)
MADEIRA (Arquipélago)
MADEIRA (Ilha)
MADEIRA (Material)

REALISMO (Pintura)
REALISMO (Literatura)

3.2

Sendo o qualificador usado para distinguir homógrafos, deve evitar-se recorrer a ele para prestar uma qualquer outra informação. O termo de indexação é uma solução técnica especialmente vocacionada para conduzir o utilizador a uma informação bibliográfica, não se comprometendo com qualquer outro tipo de informação; esta pedir-se-á a instrumentos diferentes, consoante o que se pretender, instrumentos genericamente designados por «obras de referência»; a sua função é *distinguir*, se houver mais do que um conceito representado por um mesmo termo, e não *explicar*, precisando a informação. Quando houver necessidade de definir o sentido em que o termo se toma, recorrer-se-á a uma nota explicativa (NE)⁵⁰.

No caso de topónimos, caso em que mais generalizadamente há tendência para precisar a localização, só se justificará colocar o qua-

⁴⁹ NP 4036, 6.4.

⁵⁰ 1.ª Parte, III, 4.

lificador junto a uma mesma designação a que correspondem duas ou mais localidades representadas no catálogo⁵¹.

EX.:

LOUROSIA (Feira)

LOUROSIA (Oliveira do Hospital)

3.3

No caso de bibliotecas especializadas pode não haver necessidade de recorrer ao qualificador se os termos homógrafos corresponderem a áreas diversificadas e apenas uma delas for coberta pelos fundos próprios. Contudo há que atender às imposições da interdisciplinaridade e reconhecer que os meios informáticos e telemáticos disponibilizam de uma forma sempre crescente, e num raio alargadíssimo, o acesso a bases de dados bibliográficas de todas as áreas do saber, pelo que, tal como numa biblioteca geral, a qualificação poderá impor-se, para facilitar a pesquisa e garantir a pertinência da informação.

3.4

Muitos casos de homógrafos podem resolver-se com os tipos normais de termo composto, adjectivo ou prepositivo. É o caso de exemplos da NP 4036, 6.4, cujas formas poderiam ser substituídas, com vantagem, por termos compostos, em núcleos especializados onde se verifica grande número de especificações; a opção deverá ser registada nas listas de utilização interna, de apoio ao processo de indexação corrente⁵².

EX.:

CÁLCULO (Matemática)

ou

CÁLCULO MATEMÁTICO, termo usado para o conceito genérico, o qual se poderá desdobrar em termos correntes como:

CÁLCULO ALGÉBRICO

CÁLCULO ARITMÉTICO

CÁLCULO DIFERENCIAL

CÁLCULO INTEGRAL

etc.

⁵¹ Sendo esta a doutrina geral, para o caso de nomes de pequenas povoações, as Normas que se seguem permitem uma certa abertura, adoptando um modificador geográfico. 2.ª Parte, 12.1.

⁵² 2.ª Parte, 22.

Em medicina também são correntes os termos de modificador adjetivo para os núcleos homónimos:

EX.:
CÁLCULO BILIAR
CÁLCULO URINÁRIO

4. Nota explicativa⁵³

A nota explicativa (NE) *não faz parte do termo de indexação*; é uma forma que surge ao indexador e ao utilizador no tesauro ou lista de autoridade, para o esclarecer sobre o sentido em que um termo é usado; inclui-se neste ponto por ser um problema, também formal, que se deve ter presente pela diferença da sua função, em relação ao qualificador, com o qual, por vezes, se confunde.

EX.:
CONVENÇÃO COLECTIVA
NE Acordo respeitante às condições de trabalho de determinado grupo de trabalhadores, celebrado entre os representantes destes e as entidades patronais

HIPERFREQUÊNCIA
NE 1 GHz a 300 GHz

⁵³ NP 4036, 6.6.

2.^a Parte NORMAS

INTRODUÇÃO

Estas normas, as possíveis, são distribuídas por duas partes distintas que correspondem às duas fases do processo de indexação.

Partindo da realidade já descrita, da impossibilidade de estabelecer regras precisas e eficazes em indexação, aceitamos que o apoio podemos encontrá-lo, essencialmente, em orientações metodológicas.

É nesta linha que consideraremos em primeiro lugar, separada e sequencialmente, as duas fases da indexação, nos capítulos I – ANÁLISE e II – ESCOLHA DA FORMA; é, desde logo, uma sugestão metodológica para que se siga, na indexação, disciplinadamente, um caminho do qual se mostram as principais dificuldades e se apontam sentidos para as ultrapassar.

Lembramos que na primeira fase da indexação o processo passa-se a nível do *conceito*, e, no seu desenvolvimento vamos seguir, criticamente de perto, a NP 3715, de 1989; na segunda fase é o *termo* que está em causa, com a sua principal problemática de escolha de forma; seguiremos, do mesmo modo, uma norma, a NP 4036, de 1992.

Este texto baseia-se, portanto, nestas duas Normas. Colocando entre parêntesis, nos locais próprios, a indicação dos pontos correspondentes à sua doutrina e servindo-nos de alguns dos seus exemplos, pretendemos que o facto se torne bem visível.

Dado que o teor de qualquer texto normativo tende a ser sintético e preciso, para compreensão e justificação das posições tomadas e eventual aceitação das soluções propostas nas normas que se seguem, é imprescindível ter presente o conteúdo teórico da 1.^a parte deste trabalho.

I – ANÁLISE [NP 3715]

Tendo presente de uma forma especial os Princípios 1 e 2, da 1.^a Parte, I, torna-se claro que da qualidade da análise depende, em grande parte, inequivocamente, a qualidade da informação que se presta; deduz-se, também, que os conceitos identificados na análise podem ser alvo de uma selecção, privilegiando-se os que têm interesse dentro da área temática em causa.

A – Caminho da análise; fontes da informação [5.2]

1

Perante a impossibilidade de proceder a uma leitura integral do documento⁵⁴ e para que se possa garantir que nenhuma informação pertinente é descurada, o indexador deve fazer incidir a sua análise nos pontos nucleares do documento, considerados fontes idóneas de informação:

- a) Título
- b) Resumo
- c) Sumário
- d) Introdução, início de capítulos e de parágrafos e conclusão
- e) Ilustrações, diagramas, quadros e respectivas legendas
- f) Palavras ou grupos de palavras sublinhadas ou realçadas por um tipo de letra diferente

B – Grelhas de análise [6.1]

2

A análise de um documento ganha em qualidade e exaustividade se, para as áreas em causa, se estabelecer uma tipologia que abranja os principais temas e problemas e funcione como uma *grelha* de interrogação do documento, *grelha* de análise, *grelha* de indexação, que formula perguntas ao texto, e, assim, garante que não escape nenhuma informação de interesse⁵⁵.

⁵⁴ A NP 3715, 5.2 afirma que a «apreensão total destes documentos implica, em princípio, uma leitura minuciosa dos textos», o que se nos afigura impraticável.

⁵⁵ Na total impossibilidade de apresentar uma suficiente exemplificação de *grelhas* temáticas, a NP 3715 apresenta uma *grelha* matriz a partir da qual, teoricamente se poderão constituir *grelhas* específicas. O exemplo deste ponto é tirado de B. C. Vickery – *Faceted classification...* London: ASLIB, 1960.

Área: *Processos físico-químicos em manufactura farmacêutica*

Produtos
Matéria prima
Substâncias a extrair
Reacções
Agentes
Métodos físico/químicos
Propriedades
Escala da operação

Área: *Biblioteconomia*

Serviços
Materiais
Processos técnicos e administrativos
Equipamentos

C – Pertinência da informação; identificação e selecção de conceitos [6.3 e 6.4]

3

A primeira etapa da análise consiste numa visão global do conteúdo do documento, com *identificação* de todos os seus conceitos que contenham informação relevante; outros poderá haver que não tenham merecido um desenvolvimento suficiente para que possam ser considerados verdadeiramente informativos.

Um documento que trate da importância da indústria e do comércio do açúcar e a economia das Caraíbas pode não conter informação pertinente sobre a economia das Caríbas, em geral; nesse caso o conceito nem sequer é identificado.

4

Dentre os conceitos identificados, poderá dar-se o caso de nem todos possuírem conteúdo temático válido considerando a especificidade própria do núcleo bibliográfico em causa; deverão *seleccionar-se* apenas aqueles a que se reconheça potencial valor informativo, (atender às reservas do ponto seguinte) [6.3.1; 6.3.3]⁵⁶.

⁵⁶ Esta NP 3715 não distingue, com coerência, *identificação* e *selecção* de conceitos.

No mesmo exemplo poderia o conceito economia das Caraïbas ser identificável, pelo seu desenvolvimento e valor informativo, mas não ser seleccionado por só interessarem os aspectos industriais e comerciais.

5

Esta selecção não poderá, contudo, ser demasiado restrita atendendo à interdisciplinaridade, cada vez mais corrente, e a generalização e a amplitude da difusão e do acesso à informação, que põe em causa uma rigorosa delimitação de campos temáticos no âmbito dos quais se desenvolva o processo de indexação [6.3.2].

6

Embora uma análise rigorosa leve a uma identificação dos conceitos na sua especificidade, poderão, seleccionar-se conceitos genéricos correspondentes se:

- a) se o autor não desenvolver profundamente o assunto, bastando a sua selecção no genérico⁵⁷ [6.4];
- b) se se reconhecer que a especificidade não é necessária ou conveniente, por exemplo, se não se verificar uma ocorrência significativa desse conceito no fundo bibliográfico em causa.

Um documento tratando da acidez do solo que dê entrada num núcleo bibliográfico onde só os conceitos genéricos de solo e acidez possam ter interesse, e que portanto não se verifique ocorrência documental representativa sobre o tema específico, poderão seleccionar-se estes dois conceitos genéricos⁵⁸.

7

Seleccionando-se apenas os conceitos com conteúdo informativo válido, na área do núcleo bibliográfico em causa, qualquer dos outros poderá, se se considerar necessário, passar a ter as funções de modificador, quer especificando quer restringindo o âmbito de aplicação⁵⁹.

Se num núcleo bibliográfico interessar apenas o conceito geral de solo, será este o eleito; acidez poderá ser escolhido como modificador.

⁵⁷ Note-se que as relações hierárquicas garantem que não se perca informação.

⁵⁸ Em casos destes deve considerar-se o interessa de incorporar o documento no núcleo bibliográfico.

⁵⁹ 1.ª Parte, II, 3, III, 2; 2.ª Parte, II, B.

II – ESCOLHA DA FORMA [NP 4036]

Tendo presente, de uma maneira especial, os Princípios 2 a 7 [1.ª Parte, I] torna-se claro que a escolha da forma privilegia o *uso corrente*; tenta apresentar-se com o máximo de *simplicidade*; por *coerência* e preocupação com a *uniformidade*, tem que atender a escolhas anteriores e controlar a *sinonímia* e a *ambiguidade*; em caso de dúvida, sabe que pode recorrer à *analogia*⁶⁰. Terá que ter-se presente, também, um conjunto de *formas possíveis* com que os termos de indexação se nos podem apresentar⁶¹.

A – Norma geral

8

Perante duas ou mais formas, que representem o mesmo conceito, a escolha incidirá sobre a forma consagrada no *uso corrente* da área temática em causa; atendendo a características próprias do utilizador prioritário [6.5; 7.2.1 a); 7.3.1 a); 8.2.2]⁶².

Assim, os exemplos apresentados não devem ser considerados como autoridade absoluta, tendo-se, aqui, tomado opções de acordo com as situações consideradas mais comuns⁶³.

Se as razões de escolha não se apresentarem com suficiente clareza, deve escolher-se a forma mais simples, um termo simples ou um composto adjectivo [7.3.3].

Através de relações de equivalência permite-se o acesso pelos sinónimos ou quase sinónimos [5.1; 8.2.2]⁶⁴.

8.1 *Abreviaturas e acrónimos* [6.2.5]

OMS

USE ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

⁶⁰ À medida que vão sendo escolhidos, os termos deverão ser inscritos numa lista interna de autoridade que garanta a coerência e a uniformidade. 2.ª Parte, 22.

⁶¹ 1.ª Parte, III.

⁶² 1.ª Parte, I, Princípio 2. Ver os comentários à determinação do perfil do utilizador.

⁶³ A NP 4036 permite alternativas; as opções foram aqui feitas à luz dos princípios adoptados para o caso de uma biblioteca não especializada; para os problemas que a cooperação poderá colocar. 2.ª Parte, 18.

⁶⁴ As formas de não-descritores devem enquadrar-se nos critérios gerais propostos, 1.ª Parte, III.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

UP OMS

Plano Oficial de Contabilidade

USE POC

POC

UP Plano Oficial de Contabilidade

8.2 *Ortografia* [6.5.1]

Oiro

USE OURO

OURO

UP Oiro

TRAJE

UP Trajo

Trajo

USE TRAJE

8.3 *Termos estrangeiros* [6.5.2]

Nos casos em que se verifique o uso corrente de termos estrangeiros, prefiram-se⁶⁵:

8.3.1 As formas portuguesas correspondentes

DESVANTAGEM

UP Handicap

Handicap

USE DESVANTAGEM

Relax

USE RELAXAMENTO

RELAXAMENTO

UP Relax

⁶⁵ O Dicionário de Língua Portuguesa, entretanto publicado, deverá ser considerado como a principal fonte de referência para uma decisão. Academia das Ciências de Lisboa – *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Verbo, 2001.

8.3.2 Formas estrangeiras com grafia aportuguesada

ROBÔ
UP Robot

Robot
USE ROBÔ

Stress
USE STRESSE

STRESSE
UP Stress

8.3.3 Termos estrangeiros para os quais não haja uma tradução aceite no uso corrente

APARTHEID
BYTE
HIPPI
MARKETING
PACE MAKER
TRUST

8.4 *Gíria* [6.5.4 b)]

Descalçadela
USE REPRIMENDA

REPRIMENDA
UP Descalçadela

Piropo
USE GALANTEIO

GALANTEIO
UP Piropo

8.5 *Nomes comuns e nomes comerciais*

ASPIRINA
UP Ácido acetilsalicílico⁶⁶

Ácido acetilsalicílico
USE ASPIRINA

⁶⁶ Solução diferente da adoptada pela Norma, aqui preconizada para os casos correntes de bibliotecas não especializadas; ver a hipótese de recurso a relações reversíveis de equivalência para situações de cooperação entre bibliotecas de diferentes áreas específicas. 2.ª Parte, 18.

8.6 *Nomes correntes e nomes científicos* [6.5.6]

Cobrão
USE HERPES ZOSTER

HERPES ZOSTER

UP Cobrão

Zona

Zona

USE HERPES ZOSTER

8.7 *Nomes de lugar* [6.5.7]

As formas são escolhidas de acordo com as regras de catalogação⁶⁷, ou seja, elegem-se as formas dos nomes pelas quais são mais conhecidos. Em caso de dúvida, preferir-se-ão as formas oficiais.

FRANÇA
UP France

France
USE FRANÇA

HOLANDA
UP Países Baixos

Países Baixos
USE HOLANDA

8.8 *Nomes próprios de pessoas físicas e de colectividades* [6.5.8]

As formas são escolhidas de acordo com as regras de catalogação, que preconizam a adopção daquelas formas por que estes nomes são normalmente identificados⁶⁸.

Esta é uma orientação de base com a qual se conforma o Princípio 2 destas normas para a indexação.

NAPOLEÃO I, Imper. de França
UP Napoléon I, Imper. de France

⁶⁷ *Anglo-American Cataloguing Rules*. 2th ed. Ottawa: Canadian Library Association, 1988, 23.2A.

⁶⁸ *Regras Portuguesas de Catalogação*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural Departamento de Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação, 1984, F.C. 1.1 e 2.1.1. Os nomes próprios não são inscritos em tesouros mas devem-no ser nas listas internas de autoridade, 2.^a Parte, 22.

Napoléon I, Imper. de France
USE NAPOLEÃO I, Imper. de França

Academia das Ciências de Paris
USE ACADÉMIE DES SCIENCES DE PARIS

ACADÉMIE DES SCIENCES DE PARIS
UP Academia das Ciências de Paris

8.9 Nomes de colectividades oficiais

As formas escolhidas são as das suas designações correntes, de acordo com o Princípio 2⁶⁹.

CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA
(e não: Coimbra. Câmara Municipal)

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
(e não: UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Faculdade de Letras)

JOÃO XXIII, Papa
(e não: Igreja Católica. Papa, 1958-1962 (João XXIII))

LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL
(e não: Portugal. Laboratório Nacional de Engenharia Civil)

B – Formas do termo composto⁷⁰

Um termo composto corresponde a um conceito específico que é formado pela intercepção de termos genéricos, um deles actuando como diferença específica; estes dois elementos correspondem no termo, respectivamente, ao *núcleo* e ao *modificador*; a especificação poderá impor o recurso a mais do que um modificador.

9

Norma: a escolha entre dois termos genéricos simples e o termo composto que corresponde à sua intercepção, de acordo com a Norma

⁶⁹ IDEM – F.C.3. A coerência interna do catálogo de assuntos nomeadamente com os Princípios 2 e 3, prevalece contra a analogia com a prática seguida no catálogo de autores, que faz preceder o nome da colectividade da designação do país, região ou cidade, ou da colectividade subordinante, analogia que, sempre que possível, se procura fazer.

⁷⁰ Ver os aspectos teóricos em 1.ª Parte, III, 2; embora para a compreensão de todas estas normas seja importante o recurso à teoria desta 1.ª Parte, este ponto merece uma especial chamada de atenção uma vez que as soluções, mais do que em qualquer outro ponto, se afastam da NP #036, 7.

geral, depende da utilização generalizada do termo na unidade bibliográfica em causa e da salvaguarda de qualquer ambiguidade que se possa verificar no momento da pesquisa; entre as duas formas possíveis estabelecem-se relações de equivalência.

9.1

Em caso de dúvida na escolha entre uma forma adjectiva e uma forma prepositiva, por serem ambas correntes, deve ser preferida a *forma adjectiva*, já que é considerada formalmente mais simples

Administração de escola
USE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
UP Administração de escola

Banco de Hospital
USE BANCO HOSPITALAR

BANCO HOSPITALAR
UP Banco de hospital

Hospital para crianças
USE HOSPITAL PEDIÁTRICO

HOSPITAL PEDIÁTRICO
UP Hospital para crianças

9.2

A *forma prepositiva* será adoptada se não existir forma adjectiva correspondente ou se esta não se encontrar consagrada no uso corrente.

PINTURA A ÓLEO

ABANDONO DOS ESTUDOS
UP Abandono escolar⁷¹

Abandono escolar
USE ABANDONO DOS ESTUDOS

⁷¹ Exemplo de *LINCE*, que consideramos autoridade na área de educação e ensino e que seguimos neste aspecto de consagração de termos no uso corrente; outras alterações de forma, como adopção de singular ou plural ou o uso da vírgula, por exemplo, far-se-ão segundo estas regras. (*LINCE: Linguagem de Indexação para as Ciências da Educação*. Aveiro: Universidade – Mediateca, 1994).

9.3

Poderá ser adoptado o *recurso à vírgula* para separar o núcleo do modificador.

9.3.1

Situações em que se recorrerá à vírgula:

- a) quando a adjectivação e a composição prepositiva não forem possíveis ou desejáveis, por não satisfazerem a condição básica de formarem unidades consagradas e não possuírem a característica de simplicidade própria de ponto de acesso.⁷²

ENSINO BÁSICO, Moçambique
HISTÓRIA DE PORTUGAL, séc. 20

- b) quando a primeira palavra da ordem directa da linguagem natural se apresenta com menor peso temático informativo, realmente com função de *modificador* e não de *núcleo*; na linguagem de indexação dá-se uma inversão de posições, passando o núcleo a constituir a palavra de entrada⁷³.

ARITMÉTICA, exercícios
LITERATURA PORTUGUESA, influência europeia

- c) quando o modificador é algo que se acrescenta, não tanto como uma especificação necessária, ditada pela análise, mas com funções distintivas exigidas por um grande volume de registos a que se acede por um mesmo termo genérico⁷⁴.

ARITMÉTICA, ensino
ARITMÉTICA, ensino básico
ARITMÉTICA, exercícios
ARITMÉTICA, história
ARITMÉTICA, manual

⁷² 1.ª Parte, I, Princípios 2 e 3 e II, 2; 2.ª Parte, 9.1.

⁷³ A NP 4036, 7.4 prefere que se usem os termos compostos na ordem directa, mas a verdade é que os exemplos não são convincentes; em *calculadora electrónica*, a inversão seria impossível, pois, em português, a palavra de entrada não deverá ser um adjectivo; a ordem directa de entrada, em crédito à exportação, pode ser posta em causa em unidades bibliográficas não especializadas na área, às quais poderá interessar a entrada pelo genérico exportação. 2.ª Parte, 6.

⁷⁴ A intenção é tornar a pesquisa mais rápida e pertinente. 1.ª Parte, III, 2 b). De acordo com os princípios que orientam a análise, há casos em que se deve evitar a especificação, 2.ª Parte, 6

ARITMÉTICA, Portugal
ARITMÉTICA, séc. 16

9.3.2

Para a escolha da forma deste tipo de modificadores, deve ter-se em conta, com a mesma exigência com que é escolhido o núcleo, a aplicação do princípio da coerência e da uniformidade⁷⁵.

10 *Tipos de modificadores*

Os modificadores podem ser *temáticos, geográficos, cronológicos e formais*⁷⁶; e aplicam-se em qualquer das formas do termo composto: adjectiva, prepositiva e com recurso à vírgula.

10.1 Modificador temático

Os modificadores temáticos podem surgir ligados adjectivamente ou prepositivamente ao núcleo, de acordo com a aceitação generalizada de qualquer destas formas; podem, ainda, colocar-se depois de vírgula se nenhuma das duas primeiras formas constituir unidade consagrada no uso corrente.

ABANDONO DOS ESTUDOS
AMBIENTE DE TRABALHO
INDEXAÇÃO POR ASSUNTOS
PINTURA A ÓLEO

BALANÇA COMERCIAL
BARREIRA TARIFÁRIA
CAMPANHA ELEITORAL
CARREIRA DIPLOMÁTICA
HOSPITAL PEDIÁTRICO⁷⁷

AMBIENTE, transformação global
BARCO, construção
CALCÁRIO, fractura
CARICATURA, política

LITERATURA PORTUGUESA, influência europeia

⁷⁵ Muitos destes termos com modificadores depois de vírgula, tal como os nomes próprios, não são sistematicamente registados em tesouros, pois é imprevisível a sua totalidade e a totalidade dos núcleos a que, eventualmente, se venham a ligar; bastará saber-se que podem ser usados modificadores deste tipo e garantir-se a uniformidade e coerência através da lista interna de autoridade. 2.ª Parte, 10.4, 22 APÊNDICE.

⁷⁶ 1.ª Parte, III, 2.2.

⁷⁷ Ver nota 64. Ex.: HOSPITAL PARA CRIANÇAS, não descritor, apresenta uma forma prepositiva de acordo com o previsto para os termos de indexação.

10.2 Modificador geográfico

No caso de o conceito ficar devidamente representado e ser correntemente aceite, tendo como modificador um adjetivo pátrio, deverá preferir-se esta forma; caso contrário o nome próprio geográfico acrescentar-se-á depois de vírgula.

CARAVELA PORTUGUESA
CARNAVAL BRASILEIRO
GALO DE BARCELOS
LITERATURA ANGOLANA

BURGUESIA, Porto
CAMINHO DE SANTIAGO, Portugal
CAMPO DE CONCENTRAÇÃO, Auschwitz
PRAXE ACADÉMICA, Braga
PRAXE ACADÉMICA, Coimbra⁷⁸

10.3 Modificador cronológico

- a) A especificação ou distinção cronológica faz-se normalmente pelo recurso a século ou a ano, elemento acrescentado depois de vírgula.

BOTEQUIM, séc. 18
GUERRA DA RESTAURAÇÃO, 1641-1668
HISTÓRIA DE PORTUGAL, 1926-1974
HISTÓRIA DE PORTUGAL, séc. 20
TERRAMOTO, 1775

- b) Devem, contudo aceitar-se, segundo o Princípio 2, as formas consagradas, quer de modificadores adjetivos ou substantivos, quer de modificadores, colocados depois de vírgula.

ARTE CONTEMPORÂNEA
FEIRA MEDIEVAL
ARQUITECTURA, época romana
JOALHARIA, Idade do Ferro

- c) Para longos períodos caracterizáveis por *após* e *até*, deverá recorrer-se, no primeiro caso, ao hífen, em aberto, como na descri-

⁷⁸ Ex.: PRAXE ACADÉMICA COIMBRÃ, não descritor, apresenta uma forma prepositiva de acordo com o previsto para os termos de indexação.

ção catalográfica, e, para até, recorrer-se-á a esta própria designação colocada depois de vírgula.

HISTÓRIA DE PORTUGAL, 1926-
HISTÓRIA DE PORTUGAL, 1926, até ... ⁷⁹

10.4 Modificador formal

A forma sob que o assunto é apresentado e desenvolvido num documento é uma informação complementar, essencialmente de carácter distintivo⁸⁰, que, quando se justificar, deve ser acrescentada depois de vírgula.

Formas como *exercícios, manual, ensaio, conferência*, etc., podem ser decisivas no momento da pesquisa para a recuperação do documento: quando se deseja um *manual* sobre um tema, naturalmente uma *conferência* não interessará⁸¹.

ARITMÉTICA, exercícios
BATALHA DE ALJUBARROTA, conferência
CINEMA PORTUGUÊS, ensaio
FÍSICA, manual
QUEIRÓS, Eça de, dicionário

11

Possível decomposição de um termo composto: um termo composto pode decompor-se nos seus correspondentes termos genéricos, sendo esta possível decomposição condicionada pelo resultado da análise, verificando-se uma ou outra situação de acordo com as seguintes condições:

⁷⁹ Para que não perca informação, inadvertidamente, o utilizador deve saber, à partida, que a informação cronológica se encontra dispersa: as datas, normalmente, precedem a ordenação geral alfabética, séc. vêm na sua correspondente ordem alfabética.

Ex.:
HISTÓRIA DE PORTUGAL, 1926
HISTÓRIA DE PORTUGAL 1926-
HISTÓRIA DE PORTUGAL, 1926, até
HISTÓRIA DE PORTUGAL, Angola
HISTÓRIA DE PORTUGAL, arte
HISTÓRIA DE PORTUGAL, séc. 20

⁸⁰ 1.ª Parte, III, 2 b).

⁸¹ Preconiza-se a elaboração de listas internas de autoridade particularmente de modificadores formais para garantir a coerência e uniformidade. Ver 2.ª Parte, 9.3.2, nota 75, 22 e APÊNDICE.

11.1

Um termo deve *manter-se composto* quando fôr esta a forma pela qual, correntemente, o conceito é representado na área em causa [7.2].

ACIDEZ DO SOLO
CANAL DE IRRIGAÇÃO
CARPINTARIA NAVAL

11.2

Um termo composto *poderá decompor-se* sintacticamente se corresponder a um conceito específico pouco representado na área temática em que a indexação se processa, de uma área periférica, portanto; será suficiente, para a pesquisa corrente, o acesso pelos dois conceitos genéricos em que o termo se decompõe⁸²; a solução depende, assim, da análise, que terá em conta o interesse da unidade bibliográfica em causa; daí *poderem apresentar-se para o mesmo exemplo soluções diferentes* [7.3].

ACIDEZ
SOLO

CANAL
IRRIGAÇÃO

CARPINTARIA
NAVIO

11.3

Ao decompor-se um termo, como resultado de uma análise cuidada, deve prever-se, para se evitar, qualquer *ambiguidade* que possa vir a dar-se no momento da pesquisa⁸³.

ACIDEZ SOLO	Numa pós-coordenação tanto se recuperaria o conceito <i>acidez do solo</i> como <i>solo ácido</i> , já que o adjectivo se converte, naturalmente, no substantivo correspondente.
ALIMENTAÇÃO PLANTA	Numa pós-coordenação recuperar-se-ia o conceito <i>alimentação de plantas e plantas</i> como <i>alimentação</i> .

⁸² 2.ª Parte, 6. A redução de conceitos extraídos, que resultará desta escolha, não pode ser invocada, como medida de economia de conceitos, por documento; a NP 4036, 7.3.1, aceita esta razão como possível determinante da decomposição de termos compostos, o que pode falsear a análise.

⁸³ Nota 21.

AMESTERDÃO BANCO COMPUTADOR	Num documento sobre Computadores nos Bancos de Amesterdão [NP 4036, 0] os conceitos, e, portanto, os termos, são dois e não três: computadores e Bancos de Amesterdão. A decomposição, por defeito de análise, considerou três conceitos: Computadores, Bancos e Amesterdão, pelo que, também, no momento da pesquisa, se recuperariam documentos sobre Computadores de Amesterdão e Bancos.
ÁGUA DOSAGEM HIDROCARBONETOS	Num documento sobre Dosagem da água nos hidrocarbonetos, os conceitos, e, portanto, os termos, são dois e não três: dosagem de água e hidrocarbonetos.. A decomposição levaria, no momento da pesquisa, a recuperar-se, também, documentos sobre Dosagem de hidrocarbonetos na água.

C – Homógrafos [6.4]

12

Quando a um mesmo termo são atribuídos significados diferentes, representando, portanto, conceitos diferentes (homógrafos), para os distinguir, deverão colocar-se *qualificadores*, entre parêntesis, que precisam o sentido de cada um, evitando a ambiguidade que conduziria a pernicioso «ruído» na recuperação da informação⁸⁴.

- BANCO (assento)
- BANCO (baixio)
- BANCO (instituição financeira)
- CÁLCULO (matemática)
- CÁLCULO (medicina)
- CÂNONE (literatura)
- CÂNONE (missa)
- CÂNONE (música)
- CÂNONE (norma)
- CAPOEIRA (para aves)
- CAPOEIRA (jogo popular, Brasil)

⁸⁴ Em bibliotecas especializadas este problema, praticamente não se punha; a grande abertura no acesso à informação em várias bases de dados temáticas ou em bases multitemáticas, que os novos meios permitem, aconselham o seu uso sistemático.

GONDAR (Amarante)
GONDAR (Caminha)
GONDAR (Etiópia)
GONDAR (Guimarães)
GONDAR (Vila Nova de Cerveira)

HÁBITO (costume)
HÁBITO (veste)

MERCÚRIO (Metal)
MERCÚRIO (Deus)
MERCÚRIO (Planeta)

12.1

No caso de topónimos com a mesma designação mas com representação no catálogo de apenas uma das localidades, desde que haja conhecimento da existência de outras, deverá recorrer-se ao qualificador, prevendo a necessidade futura de distinção; este qualificador actuará supletivamente como modificador, com vista à pertinência e precisão da informação⁸⁵.

D - Singular/Plural [6.3.1]

13

Norma: Perante formas no singular e no plural, para o mesmo conceito, deve escolher-se, como norma, a forma singular, que é a que se encontra em dicionários e outras fontes de referência, sendo, portanto, familiar.

14

Se um *conceito genérico*, na linguagem natural, para além de uma forma no plural, fôr, também, representado por uma *forma própria*, esta deverá eleger-se como termo de indexação desde que se considere ser uma forma corrente, familiar ao utilizador, e que mais facilmente identifique o conceito.

⁸⁵ Não é função do qualificador especificar o conteúdo nuclear do conceito ou precisá-lo com uma informação complementar, mas na solução excepcional apontada não há quebra de princípios no que diz respeito à coerência e à uniformidade, nem em relação à doutrina própria da qualificação, nem, principalmente, ao serviço prestado ao utilizador que, enquanto não figurar no catálogo outra localidade com o mesmo nome, necessita saber a qual se refere aquela com que se depara. 1.ª Parte, III, 3.2.

BANCA, Amesterdão
UP Banco, Amesterdão

15

Usa-se o plural quando figurar num termo composto por razões de ordem gramatical, por assim se ter consagrado no uso corrente ou por entrar na forma de um nome próprio.

CÁLCULO DAS VARIAÇÕES
CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES
CAPELA DE OSSOS
FORÇAS ARMADAS
GESTÃO DE RECURSOS
JOGOS OLÍMPICOS
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Notas

1

A análise conceitual pode reconhecer a necessidade de duas formas, uma singular outra plural, por corresponderem, na realidade a *conceitos diferentes, não se tratando, portanto, de uma opção entre singular e plural*, não havendo sequer necessidade de recurso a qualificadores, admitido pela NP 4036 [6.3.3].

BEM
BENS

MEMÓRIA
MEMÓRIAS

PAI
PAIS

RECURSO
RECURSOS

2

Devem ter-se presentes substantivos só usados no plural:

ARREDORES
ÓCULOS
VÍVERES

III – RELAÇÕES ENTRE OS TERMOS

As linguagens de indexação de tipo combinatório, são constituídas, essencialmente, por conjuntos de termos de indexação com as suas características próprias e escolhidos segundo normas que garantem a coerência e a uniformidade e asseguram o controle da sinonímia⁸⁶.

Os termos de indexação fixam-se, por ordem alfabética, em vocabulários, listas ou léxicos, normalmente à medida que se indexa; se estas listas forem dadas como acabadas, embora susceptíveis de actualizações periódicas, e se apresentarem devidamente estruturadas e controladas, a terminologia técnica biblioteconómica designa-as como *tesauros*.

Qualquer lista revelar-se-á controlada se a escolha dos termos obedecer a normas – foi o que a até aqui nos ocupou – e se controlar a sinonímia por intermédio de *relações de equivalência*, as quais se encontram integradas numa estrutura mais vasta que comporta *relações hierárquicas* e de *relações de associação*, através das quais se enriquece a pesquisa.

Se a estrutura proporciona um acréscimo de potencialidades à linguagem de indexação, no sentido de permitir uma pesquisa mais alargada, tem, necessariamente, que se apresentar *visível* quer ao indexador quer ao utilizador. Assim, o tesouro deve estar globalmente acessível e, no momento da pesquisa, junto de cada termo, deverão encontrar-se, visíveis também, as relações que foram estabelecidas nesse mesmo tesouro. Numa palavra, poderemos dizer que, tal como nos velhos catálogos convencionais, é imprescindível a visibilidade das *remissivas*.

Nas normas que se seguem, como, aliás, através de todo este corpo normativo, está muito presente a doutrina da NP 4036; prevalece, contudo, uma preocupação de simplificação orientada no sentido de reduzir o conteúdo deste ponto à estrutura básica essencial, que se considera cobrir as necessidades correntes; para tipos de relações especiais, caso se reconheça a oportunidade da sua utilização, a Norma, continuará a prestar o necessário apoio. A ela também se deverá recorrer para uma visão global das abreviaturas e suas correspondências noutras línguas⁸⁷.

⁸⁶ 1.ª Parte, I, Princípios 4 e 5 e 2.ª Parte II.

⁸⁷ NP 4036, 4.

A – Relações de equivalência [8.2]

16

Escolhido um termo, entre outro ou outros que representem o mesmo conceito⁸⁸, ou seja, escolhido um termo entre *sinónimos*, deverão estabelecer-se relações de equivalência que remetem do termo preterido para o adoptado como termo de indexação; junto deste coloca-se a indicação dos outros a partir dos quais se fazem remissivas.

CANÇÃO POPULAR PORTUGUESA
UP CANÇÃO TRADICIONAL PORTUGUESA

CANÇÃO TRADICIONAL PORTUGUESA
USE CANÇÃO POPULAR PORTUGUESA

Hospital para crianças
USE HOSPITAL PEDIÁTRICO

HOSPITAL PEDIÁTRICO
UP Hospital para crianças

PRAXE ACADÉMICA, Coimbra
UP Praxe académica coimbrã

Praxe académica coimbrã
USE PRAXE ACADÉMICA, Coimbra

17

Dado que uma linguagem de indexação deve simultaneamente servir-se de um vocabulário restrito e evitar «silêncios» na informação, podem considerar-se como sinónimos termos que, consoante o domínio em que são aplicados, se apresentem com uma proximidade de significado que se torna útil, para a pesquisa, juntá-los numa mesma informação. São designados por *quase-sinónimos*, e entre eles se fazem remissivas como se fossem sinónimos.

HUMIDADE *Num domínio como o de equipamentos de lavagem Secura ao estu-*
UP *dar-se uma destas propriedades interessará colher informação*
*sobre a outra*⁸⁹

⁸⁸ 1.ª Parte, I, Princípio 5, 2.ª Parte, II.

⁸⁹ Este exemplo da NP 4036 refere um caso não muito corrente; de qualquer forma, uma solução destas será adoptada em circunstâncias raras, devidamente ponderadas. Baseia-se num fenómeno, paralelo à atracção de polos opostos que a nossa mente associa: bem/mal, branco/preto e claro/escuro. Poderão adoptar-se, preferencialmente, em casos destes, relações de associação. 2.ª Parte, 22.1.

Secura

USE HUMIDADE

NEO-COLONIALISMO *Na bibliografia corrente da 2.ª metade do séc. 20 estes*
UP *Imperialismo, séc. 20 dois termos são muito frequen-*
temente usados com o mesmo sentido

Imperialismo, séc. 20

USE NEO-COLONIALISMO

18

No caso de núcleos bibliográficos de áreas específicas diversas, ou diversos graus de especialização, mas pertencendo a uma mesma base de dados, escolherem *termos diferentes para um mesmo conceito*, em conformidade com prescrito no Princípio 2, excepcionalmente pode adoptar-se mais do que um termo registando-se uma *relação reversível de equivalência*, um tipo diferente de remissiva⁹⁰, que usa a abreviatura UT.

ASPIRINA

UT ÁCIDO ACETILSALICÍLICO

ÁCIDO ACETILSALICÍLICO

UT ASPIRINA

AUTISMO INFANTIL *MESH*⁹¹

UT CRIANÇA AUTISTA

CRIANÇA AUTISTA *LINCE*

UT AUTISMO INFANTIL

19

No caso de mudanças de designação verificadas no tempo, escolhe-se a forma por que é designada no documento em causa, que revela a contemporaneidade, registando-se *relações explicativas de equivalência*, como um tipo especial de remissiva⁹².

⁹⁰ A abreviatura UT desdobra-se em USE TAMBÉM. É uma inovação, em relação à prática convencional, exigida pelas novas condições que os meios tecnológicos facultam à cooperação e à acessibilidade à informação; note-se, contudo, que não constitui qualquer subversão da técnica biblioteconómica, pois, em última análise, é o interesse do utilizador que o determina. 1.ª Parte, I, Princípio 2.

⁹¹ National Library of Medicine – *Medical Subject Headings*. Bethesda: U.S. Dep. of Health and Human Service, 1998. *MESH* e *LINCE* (nota 71) são duas autoridades de áreas temáticas diferentes.

⁹² Novo tipo de relações de equivalência, adoptadas por analogia com o que, em casos idênticos, se passa na catalogação.

REAL TEATRO DE S. JOÃO

Entre 1920-1996 : REAL TEATRO DE S. JOÃO

Entre 1996- : REAL TEATRO NACIONAL DE S. JOÃO

TEATRO DE S. JOÃO

Entre 1798-1908 : REAL TEATRO DE S. JOÃO

Entre 1996- : REAL TEATRO NACIONAL DE S. JOÃO

TEATRO NACIONAL DE S. JOÃO

Entre 1798-1908 : REAL TEATRO DE S. JOÃO

Entre 1920-1996 : REAL TEATRO DE S. JOÃO

B – Relações hierárquicas [8.3]

20

Para cada termo de indexação devem estabelecer-se as relações hierárquicas existentes entre os *termos genéricos* e os *termos específicos* que lhe correspondem.

ACIDEZ

TE ACIDEZ DO SOLO

ACIDEZ DO SOLO

TG ACIDEZ

HOSPITAL

TE HOSPITAL PEDIÁTRICO

HOSPITAL PEDRIÁTICO

TG HOSPITAL

LITERATURA

TE LITERATURA ANGOLANA

LITERATURA ANGOLANA

TG LITERATURA

TE POESIA ANGOLANA

POESIA ANGOLANA

TG LITERATURA ANGOLANA

C – Relações de associação

21

Para termos que mentalmente se associam a outros, por existir entre eles uma relação de qualquer tipo de proximidade, estabelecem-se

relações de associação, pois consideram-se genericamente como *termos relacionados*.

AUTODETERMINAÇÃO
TR INDEPENDÊNCIA

INDEPENDÊNCIA
TR AUTODETERMINAÇÃO

INADAPTAÇÃO
TR MARGINALIDADE

MARGINALIDADE
TR INADAPTAÇÃO

PÁSSARO
TR ORNITOLOGIA

ORNITOLOGIA
TR PÁSSARO

21.1

A quase-sinonímia baseada na polaridade do significado dos termos poderá, preferencialmente, considerar-se uma relação associativa⁹³.

ADAPTAÇÃO
TR INADAPTAÇÃO

INADAPTAÇÃO
TR ADAPTAÇÃO

CLARIDADE
TR ESCURIDÃO

ESCURIDÃO
TR CLARIDADE

HUMIDADE
TR SECURA

SECURA
TR HUMIDADE

⁹³ 2.ª Parte, 17, nota 88.

IV – GENERALIDADES

22

Lista interna de autoridade. Uma vez que a representação do conceito é sempre um acto de escolha, procurará salvaguardar-se a uniformidade e coerência das decisões que se forem tomando pela constituição de uma *lista interna de autoridade de termos de indexação*, que constituirá o verdadeiro léxico de pesquisa pelo assunto e, como limite, constituir-se-á como um tesouro. Um dos processos de construção de um tesouro é ir-se construindo à medida que se indexa.

Em situações de cooperação poderá constituir-se uma lista comum ou facultarem-se mutuamente as listas próprias.

22.1

Esta lista interna de autoridade será útil, mesmo que se utilize um tesouro, pois:

- a) haverá necessidade de fixar as adaptações a fazer ao tesouro, adaptações impostas pelas normas seguidas;
- b) deverão fixar-se, à medida que forem sendo adoptados, os nomes próprios, já que não figuram em tesouros dado o seu volume incontável;
- c) idem em relação às variadíssimas possibilidades de adopção de modificadores, colocados depois de vírgula, que também não figuram pelas mesmas razões;
- d) se o tesouro fôr em língua estrangeira, haverá, ainda, que fixar as traduções adoptadas para os vários termos.

22.2

Complementarmente à lista, e ainda com o mesmo objectivo, deve constituir-se um elenco, pequena lista, que fixe expressões e formais que se devam utilizar como modificadores⁹⁴.

23

Casos duvidosos. Quando a aplicação das normas não fôr suficientemente clara e a escolha do termo colocar dúvidas, o termo que se vier a escolher deverá ser registado na lista interna de autoridade de termos de indexação, *com um sinal gráfico indicativo* de que pode ser revisto; enquanto o não fôr, será reconhecido e utilizado como

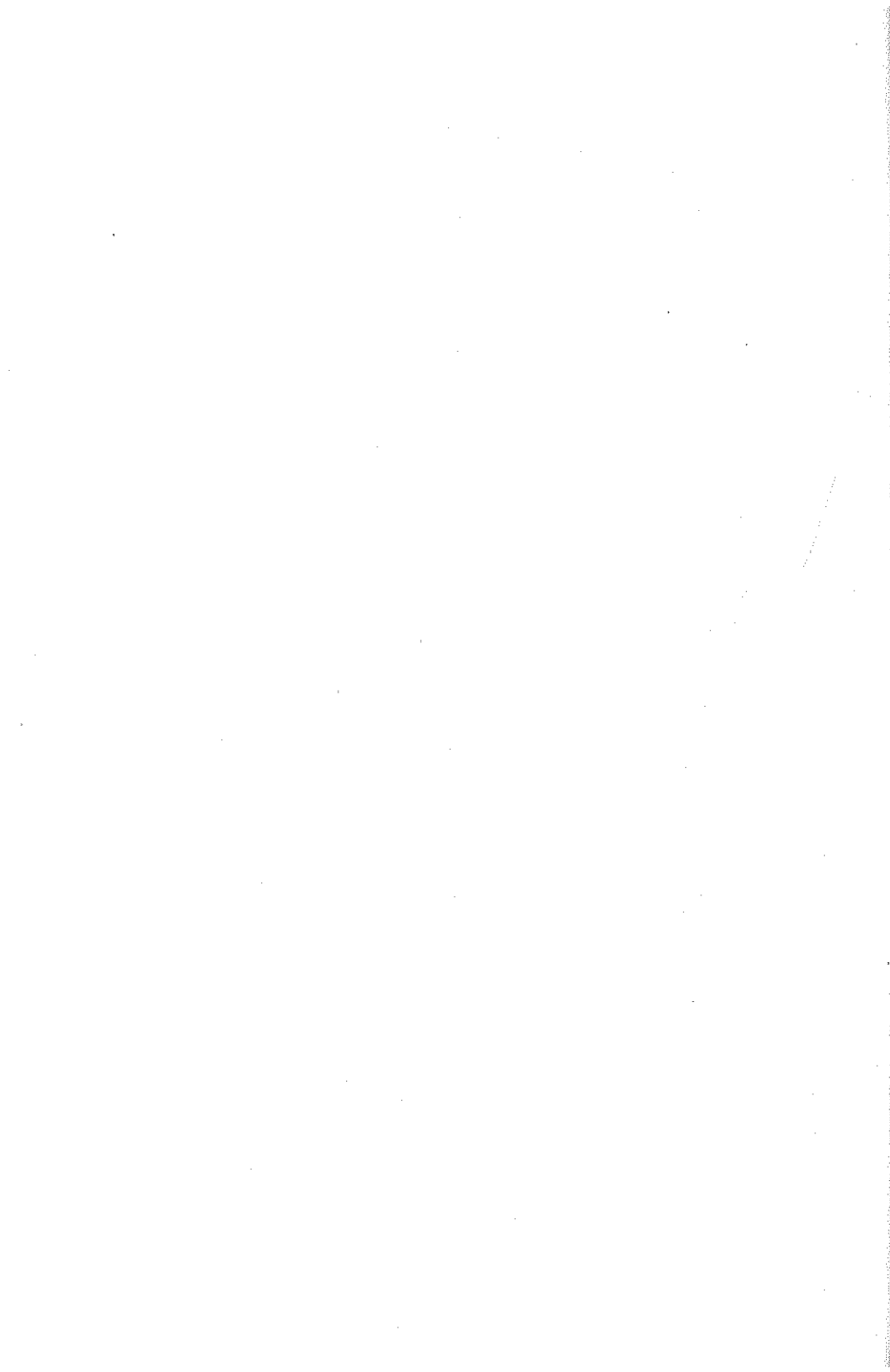
⁹⁴ Ver APÊNDICE.

termo de indexação, garantindo-se a uniformidade requerida em idênticas situações de escolha que venham a surgir.

Uma vez fixado o termo, a correcção no caso de se impor, poderá ser feita automaticamente.

24

Casos não previstos. Para situações cujas soluções não sejam satisfatoriamente cobertas por estas Normas, deverão encontrar-se soluções, à luz dos *Princípios gerais* propostos, recorrendo-se, se necessário, a analogias, soluções que se deverão *fixar neste corpo normativo e na lista interna de autoridade de termos de indexação*.



APÊNDICE

LISTA DE AUTORIDADE DE MODIFICADORES FORMAIS

INTRODUÇÃO

Pretende-se com a elaboração desta lista de autoridade de modificadores de forma, contribuir à semelhança de todo o corpo do trabalho, para a uniformidade e coerência na sua aplicação dos referidos modificadores, funcionando como instrumento normativo.

É desejável que os princípios que se propõem para a escolha do núcleo do termo de indexação, sejam também aplicados aos modificadores formais.

Os formais são modificadores que se utilizam com maior frequência a par dos geográficos.

A aplicação deles, aliás como na maioria de todos os outros, prende-se com a ocorrência do assunto num dado serviço.

Os modificadores em causa indicam a forma sob a qual, a matéria se apresenta, excluindo-se deste estudo a forma física, material como por ex: microfilme, vídeo etc.

Se é um facto, que a indexação se prende com o conteúdo temático dos documentos é por vezes importante referir a forma física com vista à sua arrumação; para tal estão especialmente vocacionadas as linguagens categoriais, as quais prevêm o formal físico, sendo este um dos aspectos da complementariedade das linguagens.

Além de estes formais constituírem modificações ao núcleo do termo de indexação, as formas propriamente ditas podem assumir-se, como termos de indexação, portanto, pontos de acesso. Esta situação observa-se quando estes representam o verdadeiro conteúdo informativo do documento. Apresentamos a título de exemplo: *História, séc. 20* e, *Caminho de ferro, história*. O primeiro exemplo refere-se à própria História do século XX, o conteúdo informativo do documento é o estudo de todos os aspectos que caracterizam este século. O segundo exemplo, pelo contrário, refere-se a um documento no qual é estudado o caminho de ferro, o termo história apenas dá informação sobre a perspectiva do assunto analisado.

Aparentes omissões de alguns formais nesta lista resultam no sentido de evitar a sinonímia e a quase-sinonímia, o que nos leva a escolher um formal em detrimento de outro como nos casos de: *Palestra, Planos, Directório, Tratado* que foram preteridos em relação a *Conferência, Plantas, Repertório, Manual, Acordo* respectivamente, correspondendo os últimos dos dois sentidos de Tratado. O critério de escolha prende-se com a forma mais comumente aceite pelo utilizador.

No que concerne ao uso do singular e do plural, segue-se o estabelecido no ponto D, da 2.ª Parte - Escolha da forma; tal como é postulado para o núcleo do termo de indexação, usa-se o singular, o plural usa-se apenas para evitar a ambiguidade, quando o singular representa um conceito diferente, por ex: *Instrução, Exercício e Memória*,

ou quando expressões no plural correspondem ao uso corrente como: *Descrições e viagens e Usos e costumes*.

Os termos enumerados nesta lista foram extraídos dos ficheiros de assuntos do SIB/UC e das tabelas da Classificação Decimal Universal.

Do exposto resulta o interesse da apresentação da lista interna de autoridade.

Lista

Anuário	Exposição
Acordo	Folheto
Acordo internacional	Formulário
Actas	Fotografia
Análise textual	Genealogia
Antologia	Gráfico
Apologia	Guia
Atlas	História
Bibliografia	Iconografia
Biografia	Índice
Calendário	Inquérito
Cartaz	Instruções
Catálogo	Inventário
Código	Legislação
Conferência	Manual
Congresso	Mapa
Contrato	Memórias
Correspondência	Norma
Crítica literária	Obra
Crónica	Obra de referência
Cronologia	Parecer
Defesa	Petição
Descoberta e exploração	Planta
Descrições e viagens	Polémica
Desenho	Programa
Dicionário	Questionário
Discurso	Receita
Documento	Recensão crítica
Enciclopédia	Referendo
Ensaio	Regulamentação
Ensino	Regulamento
Entrevista	Regulamento internacional
Estampa	Relatório
Estatística	Repertório
Estatutos	Requerimento
Estudo	Roteiro
Estudo e ensino	Tabela
Excerto	Tese
Exercícios	Usos e costumes

Índice*

Abreviatura e acrónimo
2.ª Parte, **8.1**, p. 45

Acrónimo
Ver: Abreviatura e acrónimo

Ambiguidade
1.ª Parte, I, 1, p. 17; 7, p. 21; II, 1, p. 23, 24; 4.3.1, p. 29; 4.4.2, p. 31; 4.5, 4.5.1, p. 31, 32
2.ª Parte, II, p. 45; 9, p. 50; **11.3**, p. 55; **12**, p. 56

Análise
Intr., p. 11, 13, 16;
1.ª Parte, I, 1, p. 17, 18; II, 1 p. 22, 23; 4.1, p. 28; 4.3.1, a) e nota 39, p. 29; b), p. 30; 4.5.1, p. 32; 4.5.2, p. 32;
2.ª Parte, Intr., p. 41; I, p. 42-44; 9.3.1, c), nota 74, p. 51; nota 82, p. 55; **11.3**, p. 55; **13-15**, **Notas**, p. 57-58

Analogia
1.ª Parte, I, 6, p. 21;
2.ª Parte, II, p. 45; **24**, p. 65

Armazenagem da informação
1.ª Parte, II, 4.5.3, p. 32

Base de dados bibliográficos
1.ª Parte, II, p. 22; III, 3.3, p. 38;
2.ª Parte, **18**, p. 61

Cabeçalho
1.ª Parte, II, 4.2, nota 34, p. 28

Catálogo
Intr., p. 14;
1.ª Parte, II, p. 22; 4.2, nota 34, p. 34;
2.ª Parte, **8.9**; nota 69, p. 49; III, p. 59
Ver também: Qualidade do catálogo

«Citation index»
1.ª Parte, II, nota 37, p. 28; nota 39, p. 29

Classificação Decimal Universal
Apêndice, p. 68

Coerência
Intr. p. 13, 14, 16;
1.ª Parte, I, 4, p. 20; 6, p. 21; II, 4.4, p. 30; III, 2, a), p. 34;
2.ª Parte, II, p. 45; **9.3.2**, p. 52; **10.4**, nota 81, p. 54; III, p. 59; **22**, p. 64;
Apêndice p. 67

Colectividade
Ver: Nome próprio de pessoa física e de colectividade

Conceito
Intr., p. 11, 13, 15;
1.ª Parte, I, 2, p. 18; 3, p. 19; 4 e 5, p. 20; 7, p. 21; II, 1, p. 23, 24; 2.2, p. 26; 4, p. 27-33;
2.ª Parte, Intr., p. 41; **11**, p. 54-56; **13-15** **Notas**, p. 57-58; **18**, p. 61
Ver também: Identificação de conceitos
Seleção de conceitos

Conceito específico
1.ª Parte, I, 7, p. 21; II, 1, p. 24; 3.1, p. 26; III, 2, a), p. 34; c), p. 35;
2.ª Parte, 6, p. 44; B, p. 49; **11.2**, p. 55
Ver também: Termo específico

Conceito genérico
1.ª Parte, I, 7, p. 21; II, 1, p. 24; 3.1, p. 26; 4.3.1, b), p. 30;
2.ª Parte, 6, p. 44; **11.2**, p. 55; **14**, p. 57
Ver também: Termo genérico

* Os números das normas propriamente ditas vão a negro, por se considerarem os pontos procurados com mais frequência.

- Consistência
1.^a Parte, I, 4, p. 20
- Controlo da linguagem de indexação
1.^a Parte, I, 5, p. 21; 7, p. 21; II, 2.1, p. 25;
2.^a Parte, III, p. 59
- Cooperação
Intr., p. 11, 14;
1.^a Parte, I, 2, p. 19;
2.^a Parte, 8, nota 63, p. 45; nota 66, p. 47; 18, nota 90, p. 61; 22 p. 64
- Coordenação de conceitos
Intr., p. 14;
1.^a Parte, I, 7, p. 21; II, 1, p. 24; 3.1, p. 26 ; II, 4, p. 27-33
- Descritor
Ver: Termo de indexação
- Distintivo
Ver: Modificador
- Estrutura da linguagem de indexação
Ver: Relação ...
- Exaustividade
2.^a Parte, 2, p. 42
- Fase da indexação
2.^a Parte, Intr., p. 41
- Fonte de informação
1.^a Parte, II, p. 22;
2.^a Parte, 1, p. 42
- Forma dos termos de indexação
Intr., p. 12;
1.^a Parte, II, 1, p. 23; III, p. 33-39;
escolha - Intr., p. 13;
1.^a Parte, I, 4, p. 20; 7, p. 21; II, 1, p. 23, 25; 2, p. 26;
2.^a Parte, Intr., p. 41; II, 8-15, p. 45-58; 23, p. 64
- Fundo bibliográfico
1.^a Parte, I, 2, p. 18; III, 3.3, p. 38;
2.^a Parte, 6-7, p. 43; 9, p. 50; nota 73, p. 51; 11.2, p. 55; 18, p. 61
- Gíria
2.^a Parte, 8.4, p. 47
- Grelha de análise
2.^a Parte, 2, p. 42
- Grelha de indexação
Ver: Grelha de análise
- Hierarquia
1.^a Parte, III, 2, b), p. 34
Ver também: Relação hierárquica
- Homógrafo
1.^a Parte, I, 7, p. 21; III, 3, p. 37-38;
2.^a Parte, 12, p. 56
- Indexação automática
1.^a Parte, II, 2, p. 25; II, 4.2, nota 37, p. 28
- Índice permutado
1.^a Parte, II, nota 37, p. 28; nota 39, p. 29
- Índice pré-coordenado
1.^a Parte, II, 4.2, p. 28; 4.4.1, p. 30
- Identificação de conceitos
1.^a Parte, I, 2, p. 18; II, 1, p. 22;
2.^a Parte, I, p. 42; 3, p. 43; 6, p. 44
- Informação
Ver: Pertinência da informação
Pesquisa
- Intercepção de conceitos
Ver: Coordenação de conceitos
- Interdisciplinaridade
1.^a Parte, I, 2, p. 19; III, 3.3, p. 38;
2.^a Parte, 5, p. 44
- LINCE
2.^a Parte, II, nota 71, p. 50; 18, p. 61; nota 91, p. 61
- Linguagem categorial
Intr., p. 16;
1.^a Parte, I, 1, p. 18; II, 1, p. 23; nota 41, p. 30;

- Apêndice, p. 67
- Linguagem combinatória
 Intr., p. 16;
 1.^a Parte, I, 1, p. 18; II, 1, p. 23;
 2.^a Parte, III, p. 59
- Linguagem de indexação
 Intr., p. 14-15;
 1.^a Parte, I, 1, p. 18; II, 1, p. 23; II,
 2.2, p. 25; 4.5.2, p. 32;
 2.^a Parte, 9.3.1, b), p. 51; III, p. 59;
 17, p. 60
- Linguagem natural
 1.^a Parte, II, 1, p. 23; 2.2, p. 25
- Linguagem pré-coordenada
Ver: Linguagem categorial
- Lista interna de autoridade
 Intr., p. 14, 15;
 1.^a Parte, III, 3.4, p. 38; 4, p. 39;
 2.^a Parte, nota 68, p. 48; III, p. 59;
 IV; 22-24, p. 64-65;
 Apêndice; p. 67-68
Ver também: Tesouro
- Meios informáticos
Ver: Suporte e meios informáticos
 Novas tecnologias
- MESH
 2.^a Parte, 18, p. 61; nota 90 p. 61
- Metodologia, processo de indexação
 Intr., p. 12; p. 13;
 2.^a Parte, Intr., p. 41
- Modificador
 1.^a Parte, II, 3, p. 26; III, 2, p. 33-36;
 3.4, p. 38;
 2.^a Parte, 7, p. 44; 9-10, p. 51-54;
 12.1, p. 57
- Modificador após vírgula
 1.^a Parte, III, 2.1, c), p. 35;
 2.^a Parte, 9.3, p. 51; 10.1, p. 52;
 10.2, p. 53; 10.3, p. 53; 10.4,
 p. 54; 22.1, c), p. 64
- Modificador cronológico
 1.^a Parte, III, 2.2, p. 35-36;
 2.^a Parte, 10.3, p. 53
- Modificador formal
 1.^a Parte, III, 2.2, p. 35-36;
 2.^a Parte, 10.4, p. 54; 22.2, p. 64;
 Apêndice, p. 67-68
- Modificador geográfico
 1.^a Parte, II, 4.1, p. 28; III, 2.2,
 p. 35, 36; 3.2, nota 51,
 p. 38;
 2.^a Parte, 10.2, p. 53; 12.1, p. 57;
 Apêndice, p. 67
- Modificador temático
 1.^a Parte, III, 2.2, p. 35-36;
 2.^a Parte, 10.1, p. 52
- Não-descritor
Ver: Sinonímia
- Nome científico
Ver: Nome corrente e nome científico
- Nome comercial
Ver: Nome comum e nome comercial
- Nome comum e nome comercial
 2.^a Parte, 8.5, p. 47
- Nome corrente e nome científico
 2.^a Parte, 8.6, p. 48
- Nome de colectividade
Ver: Nome próprio pessoa física e de
 colectividade
 Nome de entidade e de
 colectividade oficial
- Nome de colectividade oficial
 2.^a Parte, 8.9, p. 49
- Nome de lugar
 2.^a Parte, 8.7, p. 48
- Nome próprio de pessoa física e de
 colectividade
 2.^a Parte, 8.8, p. 48

- Nota explicativa**
 1.^a Parte, III, p. 33; 4, p. 39
- Novas tecnologias**
 Intr., p. 14;
 1.^a Parte, I, 1, p. 18; II, p. 22; 2.1, p. 25; 4.5.2, p. 32; III, 3.3, p. 38
- Núcleo**
 1.^a Parte, III, 2, p. 33; 2, a), b), p. 34; 2.2, nota 48, p. 35;
 2.^a Parte, II, B, p. 49; 9.3.1, b), p. 51;
 Apêndice, p. 67
- Obra de referência**
 1.^a Parte, I, 1, p. 18; II, p. 22; III, 3.2, p. 37
- Ocorrência**
 1.^a Parte, III, 2, a), p. 34
- Ortografia**
 2.^a Parte, 8.2, p. 46
- Palavra-chave**
 Intr., p. 14-15;
 1.^a Parte, II, 2.2, p. 26; 4.5.1, p. 32
- Pertinência da informação**
 Intr., p. 14, 16;
 1.^a Parte, I, 1, p. 17-18; 2, p. 18; II, 1, p. 22; 2.1, p. 25; 4.2, p. 29; 4.3.1, a), p. 29; III, 2, b), p. 34; 3.3, p. 38;
 2.^a Parte, I, 1 a 7, p. 42-44; 12.1, p. 57; nota 90, p. 61
- Pesquisa**
 Intr., p. 14;
 1.^a Parte, I, 2, p. 18; 3, p. 19; II, 2, p. 24; 4.1, p. 27; 4.2, p. 29; 4.5.3, p. 33; III, b), p. 34;
 2.^a Parte, 9, p. 50; 9.3.1, nota 74, p. 51; 11.3, p. 55; III, p. 59
- Plural**
Ver: Singular/Plural
- Polissemia**
 1.^a Parte, I, 7, p. 21; III, 3, p. 27
- Ponto de acesso**
 1.^a Parte, I, 3, p. 19; II, 2, p. 24-25;
 2.^a Parte, 9.3.1, a), p. 51;
 Apêndice, p. 67
- Pós-coordenação**
 1.^a Parte, I, 7, p. 21; II, 1, p. 24; II, 4, p. 27; 4.3, p. 29;
 2.^a Parte, 11.3, p. 55
- Pré-coordenação**
 1.^a Parte, II, 4, p. 27; 4.2, p. 28
- Princípio**
 Intr., p. 12;
 1.^a Parte, I, p. 17-21; II, 4.2, p. 29;
 2.^a Parte, I, p. 42; 8, nota 63, p. 45; 18, p. 61; 24, p. 65;
 Apêndice, p. 67
- Qualidade da análise**
 1.^a Parte, I, 1, p. 17-18;
 2.^a Parte, I, p. 42; 1-7, p. 42-44
- Qualidade da indexação**
 Intr., p. 14, 15;
 1.^a Parte, I, 1, p. 17; II, 4.2, p. 29; 4.4.2, p. 31
- Qualidade da informação**
Ver: Pertinência
- Qualidade do catálogo**
 1.^a Parte, I, 4, p. 20;
 2.^a Parte, 8.9, nota 69, p. 49
- Qualificador**
 1.^a Parte, I, 7, nota 20, p. 21; II, 3.2, p. 27; III, p. 33; 3, p. 37-38; 4, p. 39;
 2.^a Parte, 12, p. 56-57
- Quase sinônimo**
 2.^a Parte, 8, p. 45; 17, p. 60; 21.1, p. 63;
 Apêndice, p. 67
- Reconhecimento dos conceitos**
 1.^a Parte, II, 1, p. 22-23; 4.5.2, p. 32

- Recuperação da informação
 1.^a Parte, II, 4.5.3, p. 32;
 2.^a Parte, 12, p. 56
- Relação de associação
 2.^a Parte, III, p. 59; 17, nota 89,
 p. 60; 21, p. 62-63
- Relação de equivalência
 1.^a Parte, I, 5, p. 20; II, 2.1, p. 25;
 2.^a Parte, 8, p. 45-49; 9, p. 50; III, p.
 59; 16-19, p. 60-62; nota 92, p. 61
Ver também: Relação reversível de
 equivalência
- Relação explicativa de equivalência
 2.^a Parte, 19, p. 61
- Relação hierárquica
 2.^a Parte, 6 a), nota 57, p. 44; III,
 p. 59; 20, p. 62
- Relação reversível de equivalência
 1.^a Parte, nota 13, p. 19;
 2.^a Parte, 8.5, nota 66, p. 47; 18, p. 61
- Remissiva
Ver: Relação de ...
- Representação de conceitos
 Intr., p. 11, 13;
 1.^a Parte, I, 2, p. 18; I, 3, p. 19; 4,
 p. 20; 7, p. 21; II, 1, p. 22-23; 4.4.2,
 p. 31; 4.5.2, p. 32; 4.5.3, a), p. 33
- «Ruído»
 1.^a Parte, I, 1, p. 18; 7, p. 21; II,
 4.3.1, a), b), p. 29-30
- Seleção de conceitos
 1.^a Parte, I, 2, p. 18; II, 1, p. 22;
 2.^a Parte, I, p. 42; 4-7, p. 43-44
- SIB/UC
 Intr., p. 14;
 Apêndice; p. 68
- «Silêncio»
 1.^a Parte, I, 1, p. 18;
 2.^a Parte, 17, p. 60
- Simplicidade formal
 1.^a Parte, I, 3, p. 19; II, 1, p. 23; 2.1,
 p. 24-25; 2.2, p. 25;
 2.^a Parte, II, p. 45; 9.3.1, a), p. 51
- Singular/Plural
 2.^a Parte, 13-15, p. 57-58;
 Apêndice, p. 67
- Sinonímia
 1.^a Parte, I, 4-5, p. 20-21;
 2.^a Parte, II, p. 45; 8, p. 45-49; III,
 p. 59
Ver também: Relação de equivalência
- Sinónimo
Ver: Sinonímia
- SIPORBASE
 1.^a Parte, II, 4.5.1, p. 31
- Sistema de indexação
 1.^a Parte, 4.5.3, p. 33; c) p. 33
- Sistema pós-coordenado
 1.^a Parte, I, 7, p. 21; II, 4.4.1, p. 30;
 4.5.1, p. 32; 4.5.3, p. 33; c), p. 33
- Sistema pré-coordenado
 1.^a Parte, II, 4.2, p. 28; 4.3.1, nota
 39, p. 29; 4.5.3, p. 33; c).p. 33
- Subjectivismo
 Intr., p. 13;
 1.^a Parte, I, 1, p. 18
- Terminologia
 Intr., p. 12;
 1.^a Parte, I, 4, p. 20; II, p. 22-33
- Termo composto
 1.^a Parte, I, 3, p. 19; II, 1, p. 22, 23;
 2.2, p. 26; 3, p. 26; 4, p. 27-32;
 III, p. 33-39;
 2.^a Parte, II, B, p. 49-56;
 decomposição, 1.^a Parte, II, 1, p. 23;
 4.5.1, p. 32;
 2.^a Parte, 11, p. 54-56

Termo composto, com vírgula
Ver: Modificador, após vírgula

Termo composto, forma adjectiva
1.^a Parte, I, 3, p. 19; II, 2.2, p. 26; 3.1, p. 26; III, 2.1, a), p. 35; 2.2, p. 36;
2.^a Parte, 8, p. 45; 9.1, p. 50; 9.3.1 a), p. 51; 10.1, p. 52; 10.3, b), p. 53

Termo composto, forma prepositiva
1.^a Parte, I, 3, p. 19; II, 2.2, p. 26; 3.1, p. 26; III, 2.1, b), p. 35; 2.2 p. 36;
2.^a Parte, 9.1, 9.2, p. 50-51; 9.3.1 a), p. 51; 10.1, p. 52; 10.3, b), p. 53

Termo cronológico
1.^a Parte, III, 2.2, nota 48, p. 35

Termo de indexação
Intr., p. 15;
1.^a Parte, I, 2, p. 18; 3, p. 19; 4, p. 20 5, p. 20; II, 1-2, p. 22-26; 4.4, p. 30-31; 4.5.1, p. 32; 4.5.1 a), p. 33; III, 4, p. 39;
2.^a Parte, Intr., p. 41; 11.3, p. 55; 12, p. 56; 16, p. 60; 18, p. 61; 23, p. 64-65
Ver também: Forma do termo de indexação

Termo específico
2.^a Parte, 20, p. 62
Ver também: Conceito específico Modificador

Termo estrangeiro
2.^a Parte, 8.3, p. 46-47

Termo formal
1.^a Parte, III, 2.2, nota 48, p. 35

Termo genérico
1.^a Parte, III, 2, a), p. 34;
2.^a Parte, 9, p. 49; 9.3.1, c), p. 51; 11, p. 54; 20, p. 62
Ver também: Conceito genérico

Termo geográfico
1.^a Parte, III, 2.2, nota 48, p. 35;
2.^a Parte, 12.1, p. 57

Termo relacionado
Ver: Relação de associação

Termo simples
1.^a Parte, I, 3, p. 19; II, 1, p. 22; 2.2, p. 26; 4, p. 27; 4.1, p. 28; 4.4.2, p. 31; III, 1, p. 33; 2, a), p. 34;
2.^a Parte, 8, p. 45

Tesauro
1.^a Parte, III, 4, p. 39;
2.^a Parte, 8.8, nota 68, p. 48; III, p. 59; 22, p. 64
Ver também: Lista interna de autoridade

Topónimo
Ver: Termo geográfico

Uniformidade
Intr., p. 11, 13, 14, 16;
1.^a Parte; I, 2, p. 19; 4, p. 20; 6, p. 21; III, 2 a), p. 34;
2.^a Parte, II, p. 45; 9.3.2, p. 52; III, p. 59; 22, p. 64;
Apêndice, p. 67

Uso corrente
Ver: Utilizador

Utilizador
Intr., p. 11, 13, 14;
1.^a Parte, I, 1, p. 17; 2, p. 18-19; II, p. 22-23; 2.1, p. 24;
2.^a Parte II, p. 45; 8, p. 45-49; 9, p. 49-50; 9.2, nota 71, p. 50; 9.3.1, p. 51; 10.1, p. 52; 10.3, b), p. 53; 10.4, nota 81, p. 54; 13-15, p. 57-58; 18 e nota 90, p. 61; 23, p. 65;
Apêndice, p. 67

Vírgula, termo composto
Ver: Modificador após vírgula

La colección de materiales una perspectiva desde la Biblioteca Nacional

JUAN JOSÉ FUENTES ROMERO

RESUMO «La colección de materiales: Una perspectiva desde la biblioteca nacional» Partimos de unas consideraciones generales sobre los principales problemas que hoy día tiene plantados la colección de materiales de una biblioteca nacional; señalamos a continuación cuáles han sido las más importantes definiciones presentadas sobre estas colecciones, tanto en autores importantes como a partir del Congreso de Viena de 1.958. Se exponen finalmente, a modo de conclusiones, el nuevo escenario que surge con la aparición de las nuevas tecnologías de la información

ABSTRACT «The collections of materials: A view from the national library»

Firstly are presented here some theoretical considerations about the main problems in the collections of materials in the national library. From this point, we show some of the principal definitions following the most important authors (Lee, Line) and the ideas of the Congress of Vienna in 1.958.

We conclude with the new situation appeared when we may keep in mind the traditional formats and as well the products of the new technologies of the information.

Tratar el tema de la colección de materiales de una biblioteca nacional, y es ésta una cuestión más que evidente, supone sumergirse en un tema complejo y complicado dónde los haya.

Las más grandes y mejores bibliotecas nacionales arrastran consigo una tradición de cientos de años; en consecuencia, la diversidad en cantidad y calidad de los materiales reunidos es enorme; el paso de los años y de los siglos ha conllevado que estos grandes centros hayan ido recogiendo y almacenando los diversos soportes y formatos que, para la transferencia de la información y del conocimiento, han ido apareciendo.

Las ideas básicas que subyacen en la creación y evolución de las bibliotecas nacionales son, por una parte, reflejar la producción cultural y científica de cada país y, por otra, acumular para el uso actual y de las generaciones futuras las más amplias colecciones posibles de lo que ha aparecido y sigue surgiendo tanto en el país como fuera de él.

Idea ésta última, obviamente, cada vez más inalcanzable, si nos referimos a la posesión física de los materiales, incluso para las más grandes bibliotecas nacionales; no porque sea un tópico deja de ser cierto, y más cada día, la tan traída y llevada «explosión de la información».

En cualquier caso, resulta evidente admitir que la aparición de las nuevas tecnologías conlleva, respecto a las colecciones de materiales de cualquier biblioteca y, en mayor medida, respecto a los de una biblioteca nacional, un replanteamiento total del tema pues la cuestión ahora no se refiere ya a unos más o menos novedosos soportes y formatos de almacenamiento de la información, sino a una auténtica revolución respecto al ser mismo de las colecciones y, por ende, de las bibliotecas.

En este contexto surgen una serie de nuevos problemas a los que ineludiblemente hay que hacer frente desde una actitud proactiva, es decir de anticipación, de análisis continuo y constante tanto del problema en sí y de sus posibles e hipotéticas soluciones, como de los efectos positivos, negativos, o de ambas clases simultáneamente, que la solución del problema conlleva.

Entre estos problemas a los que nos estamos refiriendo podríamos citar:

- El acceso frente a la propiedad de los materiales.
- Un cada vez más creciente volumen de información virtual, carente de soporte físico en muchos casos y existente sólo en la red.
- Los problemas referentes a depósito legal y propiedad intelectual de esa información virtual.
- La capacidad de los bibliotecarios y, especialmente, de las bibliotecas nacionales para garantizar la autenticidad y fidelidad original de una información, la virtual, facilísimamente manipulable y alterable.
- La conservación de esa información virtual cuando, almacenada en los nuevos soportes, no presenta con el paso del tiempo garantías de un uso eficaz dado el constante cambio en las máquinas (los ordenadores, absolutamente obsoletos en un corto periodo

de tiempo) y en los programas (necesarios obviamente para utilizar la información, pero más cambiantes aún, si cabe, que los ordenadores mismos).

Si la auténtica razón de ser de la colección de materiales de una biblioteca nacional está en su uso, ya sea actual o para las generaciones futuras, otra de las cuestiones importantes es la referente a la accesibilidad de dichas colecciones.

Dada la evidente imposibilidad de que una biblioteca, sea cuál sea ésta, pueda poseer todos los materiales hoy día existentes, la accesibilidad conlleva la casi total necesidad del préstamo interbibliotecario y la consecuente entrega del documento.

Conforme han ido mejorando los catálogos, y sobre todo a partir de los años setenta, se ha ido haciendo cada vez más posible, por su inexcusable necesidad, el uso común de recursos. La existencia de los catálogos colectivos, a partir de la base de buen hacer que suponía la normalización de los procesos descriptivos de los materiales, ha sido lo que ha permitido el poder compartir recursos.

Pero esta idea, que hoy es acogida como algo normal en toda la profesión bibliotecaria, no fue admitida sino después de un largo recorrido. A nivel internacional este concepto ha sido problemático, debido a que en los años siguientes a la II Guerra Mundial la mayoría de los países entendieron que la información era un material de excepcional importancia económica y estratégica, por lo que se perseguía la autosuficiencia, de modo que se daba a los recursos de información la misma importancia que a los recursos energéticos.

Como vía para resolver la cuestión de la autosuficiencia, en muchos países se fue a la creación de redes bibliotecarias nacionales para las colecciones de materiales y para el préstamo interbibliotecario; estas redes incluían tanto a las bibliotecas nacionales como a bibliotecas con obligaciones a nivel nacional y a bibliotecas con responsabilidades en cuanto a temas especiales, de modo que los participantes compartían una responsabilidad nacional respecto a la cooperación y a la autosuficiencia.

No obstante, el creciente aumento en los precios que había que pagar por los préstamos hizo que poco a poco se viese que esta idea de la autosuficiencia nacional era realmente impracticable, por lo que, como decíamos antes, la idea de las grandes redes de cooperación interbibliotecaria, incluso a nivel internacional, acabó por imponerse.

No obstante, este concepto de uso común de recursos, o sea, el préstamo interbibliotecario y la obtención del documento, también está entrando en crisis debido a dos razones:

- La aparición de las redes de información, esencialmente Internet y, además,
- La digitalización de los materiales.

Internet está llevando a un cambio desde un acceso orientado a la biblioteca a un acceso orientado hacia el usuario; así mismo, se están produciendo cambios desde el usuario, ya que éste tiene un mejor acceso a los catálogos y, además, un aumento en sus expectativas de mejor servicio y de acceso, vía Internet, a los documentos originales y a la información a texto completo.

La digitalización, por otra parte, puede hacer que, mediante Internet, los materiales digitalizados estén disponibles para cualquiera y en cualquier momento.

En cualquier caso, conviene no olvidar que, hoy por hoy, parece improbable que a medio plazo el uso de Internet vaya a acabar con la necesidad del préstamo interbibliotecario (no resulta creíble, *hic et nunc*, que absolutamente todo vaya a estar en la red).

En cuanto a la cuestión de la digitalización, tampoco parece que sea posible, dado su precio, que se pueda digitalizar todos los materiales de las bibliotecas, habidos y por haber¹.

Las nuevas colecciones, y este es otro gran problema al que hacer frente día a día, requieren nuevas técnicas de planificación y gestión y, en consecuencia, una continua puesta al día por parte de sus profesionales, los bibliotecarios, que han de tratar estas novedosas cuestiones con un enfoque muchas veces bastante diferente al enfoque tradicional, de modo que la formación básica recibida en las Escuelas y Facultades ad hoc necesita ineludiblemente de un continuo reciclaje y puesta al día.

Resulta que es cada vez más necesaria la utilización de métodos de programación que garanticen un crecimiento cualitativo y no sólo cuantitativo de la colección y que partan de la valoración de la colección en sí misma considerada, de modo que se planifique el crecimiento según unos criterios de funcionalidad completa del servicio².

Únase a lo dicho el hecho evidente de que, aún partiendo del carácter generalista y omniabarcador de la colección de materiales de una biblioteca nacional, los nuevos recursos digitales reclaman la forma-

¹ Una exposición detallada de estas ideas puede encontrarse en: Una M. Gourlay; Pentti Vattulainen - «The changing roles of document delivery and interlending in libraries». En: <http://www.ifla.org/ifla61/61gour.htm>. (Consultado el 14 de Julio del 2001).

² Laura Corazza (1999) - «Nuove metodologie per una crescita qualitativa delle collezioni». *Biblioteche oggi*. 17:7 (1999) 24-31.

lización de una política de adquisiciones en relación con los fines de la biblioteca, de modo que se garantice el uso de los materiales y que este uso sea, en la mayor medida posible, compatible con el obligatorio e ineludible criterio conservacionista propio de estos centros.

En definitiva, resulta evidente que analizar la cuestión de la colección de materiales de una biblioteca nacional requiere un planteamiento enormemente amplio, desde diversas y a veces contradictorias perspectivas, máxime si tenemos en cuenta que nos movemos en un campo, el del manejo del conocimiento y de la información, que cada día nos aporta una novedad y en el que el saber técnico y profesional tradicional necesita de un continuo *aggiornamento* si realmente se quiere hacer frente, con posibilidades de éxito, al nuevo escenario que plantean estas nuevas circunstancias.

Para Shipman «una colección bibliotecaria es la suma total de materiales bibliotecarios – libros, manuscritos, publicaciones seriadas, publicaciones oficiales, folletos, catálogos, informes, grabaciones, películas de microfilm, microtarjetas y microfichas, fichas perforadas, cintas de ordenados, etc. – que constituyen los fondos de una colección particular»³.

Para Buckland «la función primordial de la colección bibliotecaria tradicional es la de facilitar la información buscada suministrando a sus usuarios el acceso adecuado a los recursos de información pertinentes»⁴.

Un tipo de materiales a los que frecuentemente no se presta la atención debida en las bibliotecas nacionales es el formado por las patentes, la literatura gris y los materiales efímeros.

En cuanto a las patentes, Line afirma que normalmente no se contempla a estos materiales como una parte de las publicaciones de una nación, aunque esto parece estar debido más al resultado tradicional de su separación física respecto a los otros materiales impresos que a cualquier otra razón lógica.

La literatura gris (informes y materiales similares ampliamente producidos por los gobiernos, las firmas industriales y las instituciones académicas, y que no circulan a través de los canales normales de publicación) constituye un problema especial debido a su origen local y al hecho de que buena parte de ella no es desclasificada (es decir, puesta a disposición pública) hasta muchos años después de su aparición, cuestión esta que, obviamente, no hace que disminuya

³ Joseph C. Shipman (1971) – «Collection Building». In *Encyclopedia of Library and Information Science*, 5, p. 260-268.

⁴ M. Buckland – «What will developers collection do?». *Information Technology and Libraries*. 14:3 (1995) 155-159.

su valor o que por ello se reduzca su importancia como parte de las publicaciones de la nación.

Otro tipo de materiales no excesivamente contemplado en las colecciones de las bibliotecas nacionales es el constituido por lo que en inglés se denominan «ephemera», es decir, los materiales efímeros. Estos materiales efímeros impresos pueden ser de la misma importancia, como reflejo de la vida local, que los libros de texto o las novelas populares.

La colección de materiales de cualquier biblioteca, y en mayor medida la de una biblioteca nacional, no es, pues, sino un fiel reflejo de los avances que se van produciendo en la búsqueda y aparición de nuevos soportes sobre los que fijar y poder transmitir el conocimiento.

He aquí, sin lugar a dudas, uno de los grandes problemas a los que ha de enfrentarse, y más que cualquier otro tipo de bibliotecas, la biblioteca nacional; la aparición continua y constante de nuevos soportes y medios de transferencia de la información y del saber suponen paralelamente una constante y continua puesta al día en los procedimientos de trabajo que implican la consecución, el procesamiento, la difusión y almacenamiento de la información y del saber contenidos en esos nuevos soportes.

Para Peek, «las bibliotecas (en el pasado) eran colecciones de información, normalmente bases de datos llamadas libros, contenidas en una localización específica. La suposición es que esta información tenía como fin el ser compartida – tal vez no compartida por todo el mundo, pero disponible para una comunidad específica – ... Los muros constituían un elemento práctico y las bibliotecas poseían la información contenida dentro de esos muros»⁵.

Para Lee «una colección bibliotecaria es una acumulación de recursos de información desarrollada por profesionales de la información, dirigida a una comunidad de usuarios o a un conjunto de comunidades»⁶.

A partir de estas tres definiciones, Lee señala las cuatro características fundamentales de una colección de materiales tal como se ha venido entendiendo tradicionalmente este concepto:

1. Tangibilidad

Parte de la asunción de que una biblioteca es un almacén físico que recoge sólo documentos tangibles; de este modo, todos los con-

⁵ R. Peek – «Miss Web Manners on digital libraries». *Information today*. 15:7 (1998) 36.

⁶ Hur-Li Lee – «What is a collection?». *Journal of the American Society for Information Science*. 51:12 (2000) 1106-1113.

ceptos y cuestiones asociadas con una biblioteca tradicional, incluyendo una colección, connotan tangibilidad⁷.

Esta visión de la biblioteca, y de su colección por ende, tan alejada de la biblioteca virtual, no es lo normal hoy día, aunque sea la visión más deseosamente expandida por quienes, desde una idea absolutamente excluyente de las nuevas tecnologías, niegan a las bibliotecas el pan y la sal, considerándolas dinosaurios en vías de extinción.

Las bibliotecas, adaptándose a las innovaciones que los tiempos iban trayendo, acogieron desde los audiovisuales hasta, hoy día ya, toda la variedad de materiales no impresos y de recursos electrónicos.

A partir del concepto de tangibilidad, sigue diciendo Lee, surge la no fácil cuestión de si los recursos de información remotos forman parte de la colección de una biblioteca, ya que no están físicamente ubicados en ella.

Existen en biblioteconomía precedentes de una colección que no está físicamente situada en la biblioteca:

- Por una parte, la UNESCO ha definido la colección nacional como «la colección de todos los materiales que posee un país»⁸.
- Los bibliotecarios australianos, por otra parte, han defendido enérgicamente el concepto de Colección Nacional Distribuida (DNC: Distributed National Collection)⁹.

Para Lee, y para nosotros ciertamente, no conduce a nada el debate sobre si colección es realmente sólo lo que tiene entidad física o si también hay que considerar colección a todo lo «virtual»:

Se han desarrollado las colecciones con el propósito de servir las necesidades de información de los usuarios. La comprensión conceptual de una colección debe recoger este propósito práctico. Así, las consideraciones más pertinentes son cómo los usuarios perciben la colección mientras están buscando información, en qué medida también hacen esto los profesionales que desarrollan la colección y de qué manera un concepto de colección puede facilitar la búsqueda de información.¹⁰

Por otra parte, en la medida en que cada vez más información está disponible mediante formatos digitalizados, los servicios de infor-

⁷ Hur-Li Lee - Op. cit. P. 1107.

⁸ IFLA (1977) Section on National Libraries. Scope.

En: <http://www.ifla.org/VII/s1/snl.htm> (Consultado el 20 de mayo de 2001).

⁹ D. Waters - «The distributed national collection. Conspectus, resource sharing and cooperative collection development». *Australian Academic and Research Libraries*. 23:1 (1992) 20-24.

¹⁰ Hur-Li Lee - Op. cit. P. 1108.

mación van estando constituidos de manera creciente por documentos intangibles, además de los tangibles, por lo que es cuestionable definir la colección exclusivamente en términos de ubicación y de tangibilidad.

2. Propiedad

La concepción tradicional de la colección implica su propiedad, por lo que los recursos remotos no pertenecen a la biblioteca y, en consecuencia, no forman parte de su colección.

Entender que sólo forman parte de la colección de materiales de una biblioteca aquellos materiales que ésta posee supone una visión muy restrictiva del concepto de colección.

Muchas bibliotecas públicas norteamericanas poseen enormes cantidades de libros, que ya no son de muy gran demanda, mediante acuerdos de alquiler por parte de las editoriales; tanto los bibliotecarios como los usuarios consideran que estas obras forman parte de la colección de la biblioteca.

En segundo lugar hay que entender que el préstamo interbibliotecario de un libro no es lo mismo que el acceso a un documento remoto. El libro prestado, obviamente, no pertenece a la biblioteca que lo recibe y nunca va a formar parte de su colección; ahora bien, si una base de datos, por ejemplo LISA, se carga en la propia colección de bases de datos de la biblioteca, al ser utilizada por múltiples usuarios es prácticamente igual que el resto de los materiales que posee la biblioteca¹¹.

En tercer lugar, muchas bases de datos se presentan en CD - ROM; no parece lo más acertado considerar que estas sí forman parte de la colección mientras que no sucede lo mismo en el caso de que se llegue a esa misma información mediante acceso remoto.

3. Comunidad de usuarios

Una colección es realmente útil cuando sus componentes han sido seleccionados de manera individual, teniendo en cuenta las necesidades de la comunidad.

4. Mecanismo unificado de recuperación

Una colección puede estar físicamente dispersa en varios centros (una biblioteca universitaria descentralizada), pero las vías para conseguir los materiales, normalmente un catálogo colectivo, deben ser homogéneas¹².

¹¹ Nos estamos refiriendo, obviamente, a Library Information Science Abstracts.

¹² Hur-Li Lee - Op. cit. P. 1107-1109.

El análisis detallado del planteamiento de Lee nos lleva a un nuevo enfoque cuando hablamos de la colección de materiales de una biblioteca nacional: los criterios de tangibilidad y propiedad, así como la creciente importancia de la comunidad de usuarios y, desde un punto de vista técnico, el valor esencial de la existencia de mecanismos unificados de recuperación de la información, suponen toda una nueva perspectiva desde la que enfrentarnos a la colección de materiales

Para el bibliotecario inglés Jim Vickery, «la construcción planificada de colecciones a nivel local, regional o nacional es esencial; las colecciones son vitales para la posteridad, y no sólo para hacer frente a las necesidades del usuario actual. Se necesitan grandes colecciones tanto para el préstamo en las bibliotecas públicas como para la referencia, estudio y consulta, especialmente en las bibliotecas académicas y de investigación. Necesitamos hacer frente a cuestiones tales como: ¿Quién va a controlar los depósitos de publicaciones electrónicas y quién va a supervisar el acceso a las bases de datos de los editores»¹³.

Podríamos atrevernos a responder a esta cuestión afirmando que ésta es precisamente, entre otras, una de las funciones que en los nuevos tiempos aguardan a las bibliotecas nacionales

Pero... ¿qué es realmente una colección nacional?

Si decimos, por ejemplo, que «la colección nacional es aquella que debe estar compuesta por los impresos de la nación junto con sus productos de información», realmente no hemos aclarado demasiado la cuestión.

Asumimos que los «productos de información» nacionales son los publicados en el país, tanto por los autores propios como por extranjeros residentes en ese país, así como aquellos otros materiales publicados fuera pero que tiene relación con el país.

De hecho, sólo algunos países pequeños intentan recoger tanto la obra de todos los autores del país o residentes como todos los temas referentes al país, sea cuál sea su lugar de publicación.

Para los países grandes este tipo de actuación es netamente imposible por el volumen realmente incontrolable de publicaciones que tendrían que recoger y, en consecuencia, almacenar.

La globalización, por otra parte, está haciendo enormemente difícil el conseguir un depósito legal adecuado de lo que se publica en un país, pues si bien es cierto que el depósito legal recoge (o debe

¹³ Jim Vickery – Acquisitions in a electronic age. Building the foundations for access. En: <http://www.ifla.org/IV/ifla61/61-vicj.htm> (Consultado el 2 de Noviembre del 2000).

recoger) todo lo que se edita en el país en cuestión, cada vez más a menudo sucede, sobre todo en los países más desarrollados, que éstos (buscando las más ventajosas condiciones económicas) imprimen en el extranjero, de modo que una publicación editada en España, pero impresa en Corea, sólo va a aparecer en nuestra bibliografía nacional (que, como hemos dicho, se nutre esencialmente del depósito legal) en el caso de que deseemos incorporar en ella no sólo lo que se publica en este país y normalmente recibido a través de dicho depósito legal, sino además las obras publicadas en cualquier otro país como actuación de alguna editorial del nuestro. Esto, evidentemente, supondría para la bibliografía nacional una enorme complicación por las serias dificultades que supondría llevar esto a la práctica

En función de todo lo expuesto Maurice B. Line señala que una auténtica colección nacional debe estar compuesta por:

- Material directa y específicamente relevante para el país, su historia, su geografía, política, situación económica, etc.
- Material producido por autores que tienen real importancia por ser artistas nacionales creativos (poetas, novelistas, compositores, etc.), junto con gente que, con sus actuaciones, han contribuido especialmente al país (políticos, grandes creadores, etc.)¹⁴.

Esta amplia categoría de materiales incluiría tanto a aquellos producidos, o lo que es lo mismo, impresos en el país como los de fuera; al mismo tiempo se excluirían todas las obras (tratados científicos, etc.) que, aunque impresas en el país, no formen parte de las dos categorías antes citadas¹⁵.

En cualquier caso se plantea la cuestión del material que se edita en un país pero se imprime en otro; generalmente este material no se recoge en la bibliografía nacional del país de impresión, ya que trata temas que se refieren a otro país (el de edición); en una situación como ésta, no tan excepcional y anómala como a primera vista pudiera pensarse, ¿dónde y por quién va a ser recogido dicho material?

¹⁴ M. B. Line (1998) - «What is exactly a national collection?». *Alexandria*. 10:1 (1998) 1-2.

¹⁵ Queremos llamar la atención sobre el hecho evidente de que, si seguimos esta idea de Line - bastante sensata, por otra parte -, realmente la biblioteca nacional no sólo practica la adquisición, sino que, cuando procede, pone en marcha procesos de selección, como en este caso, aunque se trate de un caso de selección negativa, no incorporando a la colección de materiales publicaciones que, de suyo, no servirían sino para sobrecargarla. Estamos hablando, obviamente, de una primera fase de expurgo.

Si bien es cierto que el mundo de la edición se ha globalizado, no lo es menos que no existe una biblioteca global, universal, que recoja todo lo publicado en cualquier lugar del mundo, a no ser que consideremos como tal a la Biblioteca del Congreso.

Concluye Line haciendo dos afirmaciones:

1. Las colecciones nacionales no son completamente nacionales, ya que incluyen materiales que no son de interés nacional y normalmente excluyen muchos materiales que sí lo son.
2. Es preciso asentar el depósito legal sobre una base práctica más firme.
3. De hecho, según Line, las colecciones de depósito legal son de más valor para la comunidad internacional que para la propia nación¹⁶.

Para Liebaers el lugar preponderante que la biblioteca nacional ocupa en relación con las otras bibliotecas de su país es, sin lugar a dudas, su característica principal, de modo que este centro debe dicho lugar a la amplitud y al carácter enciclopédico de sus colecciones, a la variedad de los documentos que conserva y a la diversidad de sus departamentos y secciones¹⁷.

El carácter enciclopédico de una biblioteca nacional – sigue diciendo Liebaers – puede parecer ampliamente sobrepasado por la evolución rápida de la investigación científica; sin embargo la consulta de los fondos más diversos demuestra cada día que en absoluto esto es así. Durante mucho tiempo aún, las bibliotecas nacionales tendrán necesidad de un personal versado en las disciplinas más variadas y capaz de dar prueba, en el ejercicio de sus funciones, de un gran espíritu de síntesis junto con una precisión técnica muy amplia¹⁸.

Para la Conferencia de Viena de 1958, a la que, como ya hemos comentado, en más de una ocasión habremos de volver por su esencial importancia en el planteamiento de las cuestiones claves y esenciales para las bibliotecas nacionales durante toda la segunda mitad del siglo XX, el problema subyacente en casi todos los debates del grupo I, «Organización de las bibliotecas nacionales y cuestiones gene-

¹⁶ M. B. Line – Op. cit.

¹⁷ Herman Liebaers (1960) – «Les besoins des bibliothèques nationales en matière de formation professionnelle». En: *Tâches et problèmes des bibliothèques nationales*. [Ponencia presentada en el] Colloque des Bibliothèques Nationales d'Europe. Vienne, 8-27 septembre 1958. – París: UNESCO.

¹⁸ Herman Liebaers – Op. cit. P. 29.

rales», fue la conducta a seguir para asegurar el pleno uso científico de las colecciones¹⁹.

Se era perfectamente consciente de que el ideal tradicional de universalidad perseguido por la mayor parte de las bibliotecas nacionales se había revelado como difícil, si no imposible, de mantener.

La masa misma de las colecciones reunidas en estas bibliotecas – afirmaban las conclusiones de los debates del grupo I de esta Conferencia a la que nos estamos refiriendo – ha llegado a ser a menudo un obstáculo para un pleno uso de los recursos que representan dichas colecciones. Cada vez más muchas de las bibliotecas nacionales no llegan a conseguir el éxito y a satisfacer las necesidades de los lectores especializados, particularmente en el dominio de las ciencias exactas y naturales, de las ciencias aplicadas, de la tecnología y de la industria²⁰.

En este entorno, las bibliotecas nacionales se encontraban ante un dilema: abandonar ciertos dominios propios a las bibliotecas especiales, existentes o creadas al efecto, en razón de la calidad de los servicios que estas bibliotecas pueden prestar (rapidez de información y difusión, catálogos especializados, vaciado de publicaciones periódicas, etc.) o, en su lugar, instaurar en su propio seno, junto a la especialización por tipos de documentos, una especialización por temas.

No se podía cuestionar la existencia de las bibliotecas especializadas ni, menos aún, negar su evidente utilidad; no obstante, tampoco se dejaba de percibir que la especialización misma, que es su razón de ser y lo que hace posible que estas bibliotecas puedan proporcionar, en su propio campo de trabajo, incomparables servicios, constituía al mismo tiempo su límite.

Sensu contrario, las bibliotecas nacionales, reforzadas por la extensión de sus más que antiguas colecciones, podían y debían (eso es lo que acertadamente, en nuestra opinión, se pensaba), conservar su amplio campo de acción y, así, poner a la disposición de todos tanto obras de síntesis como trabajos marginales, al tiempo que atendían, en mejores condiciones de actuación que ningún otro centro, a la conservación definitiva de sus impresionantes fondos²¹.

El problema de la colección de materiales de una biblioteca nacional se delimitaba, pues, entre dos extremos: por una parte, unas inmensas colecciones con las que, por su mismo enorme volumen, era difícil atender a los especialistas; por otra, la evidente necesidad de servir a estos especialistas y de hacer frente a los nuevos requeri-

¹⁹ Op. cit. P. 39.

²⁰ Op. cit. P. 39.

²¹ Op. cit. P. 39.

mientos que el avance de la ciencia, la tecnología e incluso las humanidades estaba presentando.

En torno a estas cuestiones la Conferencia de Viena²² estableció los puntos siguientes:

1. La biblioteca nacional, gracias a la riqueza y variedad de sus colecciones, a la calidad de su personal y a los recursos de los que dispone debe ser capaz de ofrecer la mejor y más económica solución a este problema.
2. Tomando como ejemplo las secciones especializadas ya existentes en las grandes bibliotecas (música, mapas, manuscritos, grabados y estampas, etc.) el coloquio ha comprobado que es el personal de estas secciones el que puede trabajar en las mejores condiciones, al tiempo que los usuarios encuentran ahí una documentación bien delimitada y de importancia razonable y reciben consejos autorizados. Es por todo esto por lo que, sin desprestigiar el papel propio de las bibliotecas especializadas y sin prescindir tampoco deliberadamente de la posibilidad de repartir las materias entre varias bibliotecas encargadas de una responsabilidad nacional, se fue desarrollando en el Coloquio una opinión a favor de una cierta especialización por materias en el interior de estos inmensos conjuntos que son, en las bibliotecas nacionales, los departamentos de impresos. Esta política de descentralización, pensaba la Conferencia de Viena, conduciría a crear colecciones especializadas que dispusiesen de sus propias salas y de un personal especializado.
3. Si se lleva a cabo esta descentralización en el seno de una biblioteca nacional, el plan ha de ser concebido de tal manera que las divisiones nuevamente creadas reciban amplios niveles de responsabilidad. Se llamó la atención respecto al hecho de que en el caso de las bibliotecas nacionales más grandes, las divisiones especializadas llegarían a contar con una colección en torno al medio millón de volúmenes, lo que bastaría para justificar una amplia autonomía.
4. Finalmente, el Coloquio llegó a afirmar que, fuese cuál fuese el método adoptado para resolver este gran problema del más amplio uso de sus inmensas colecciones, la biblioteca nacional debe jugar un papel central en la coordinación y constituir ella misma el centro general de información de las colecciones nacionales;

²² Op. cit. P. 39-40.

no obstante, un papel como éste sólo puede ser asegurado por la biblioteca nacional en el caso de que sus servicios sean de la mayor calidad y reciban el respeto y la confianza del lector.

Como conclusión obvia de cuanto estamos diciendo se podría afirmar que hablar de los materiales que componen hoy día la colección de una biblioteca nacional supone tener en cuenta lo que podríamos llamar «materiales tradicionales» pero, al mismo tiempo y en no menor medida, implica no olvidar a los cada vez más cambiantes soportes y formatos que las nuevas tecnologías de la información van lanzando al mercado; otro tanto se puede decir de toda la información que nos llega sin soporte físico evidente, es decir, la información virtual, en línea o vía Internet.

LER MUITO PRAZER

Lectura, escritura e intimidad

ANTONI MARI

La lectura es una actividad que pone en movimiento todas nuestras facultades, las intelectuales y las sensibles, y nos permite crear las realidades y los acontecimientos que se narran y las ideas que se exponen. Por la lectura accedemos a un mundo que no es el nuestro, pero que reconocemos como propio porque acontece en el seno de nuestra intimidad. La lectura es un acontecimiento íntimo y solitario en el que ninguna presencia de la realidad se interpone entre el lector y el libro. En la lectura el lector asiste y vive unos sucesos que sólo pasan en el cerco de su intimidad. Lo que es íntimo es lo que tiene de incomunicable la existencia y la experiencia individual.

La intimidad es la particularidad específica de aquello nuestro que parece que se mantenga en el umbral de la conciencia sin atreverse a pasar el dintel. El espacio de la intimidad está formado por las percepciones y las sensaciones que provoca el mundo de fuera, por los sentimientos que suscita y por los recuerdos y las ideas que procura. La intimidad representa la vida interior y privada y, por extensión, la atmósfera que favorece su expansión. Este espacio cerrado, preservado del mundo, es un mundo construido por las sensaciones y los recuerdos que van acumulándose y mezclándose en un magma informe, donde lo que se piensa, se siente y se recuerda construyen una imagen de la realidad que, a pesar de ser suscitada por las sensaciones del mundo, es creada por el libre juego de la memoria y de las facultades sensibles e intelectuales.

Agustín de Hipona describe la intimidad de esta manera:

Llego a los dominios del alma y a los amplios palacios de la memoria, donde están los tesoros de las innumerales imágenes aportadas por las percepciones polimorfos de los sentidos. Allí están guardadas todas las representaciones que han captado nuestros sentidos y todos los otros datos

que están depositados allí, en la medida en que no los haya absorbido y enterrado el olvido [...].

La intimidad es, como dice Agustín de Hipona, el espacio donde uno recibe noticia del mundo y donde se crea la imagen de la realidad. Es con la ayuda de nuestros sentidos y de nuestras facultades como la intimidad construye las imágenes de las cosas percibidas. La experiencia de la realidad sensible y la experiencia de la realidad que nos es descrita en los libros entran en el amplio palacio de la memoria, porque las dos han sido captadas por nuestros sentidos. Pero a menudo sucede que cuando nuestra intimidad se ve conmovida por la experiencia de la realidad que ofrece la lectura, la imagen de la realidad en la que vivimos parece desvanecerse, retirarse y casi olvidarse frente a esa otra realidad que emerge de los libros y de la palabra escrita.

Por medio de la lectura podemos conocer realidades ajenas, vivir experiencias que no hemos tenido, conocer intimidades más profundamente que la nuestra; y creer que la vida y el orden de las cosas podría ser de otra manera de como fueron. La lectura es un acto íntimo que nos acerca y nos da a conocer otra intimidad y el secreto que ella guarda. Con la lectura la intimidad del lector se identifica y se corresponde con la intimidad del escritor en el acto de la escritura. Es lo que dice Marcel Proust en *Le Temps Retrouvé*:

Únicamente por el arte podemos salir de nosotros mismos, saber lo que otro ve, de este universo que no es el mismo que el nuestro, cuyos paisajes habrían continuado siendo para nosotros tan desconocidos como los que puede haber en la luna. Gracias al arte, en lugar de ver un solo mundo, el nuestro, lo vemos multiplicarse, y tenemos tantos mundos a nuestra disposición como artistas originales hay, más diferentes los unos de los otros que los que giran en el infinito.

Por el arte de la literatura podemos acceder a otros modos de representarnos el mundo, diferentes del nuestro; podemos entrar en el secreto de otras intimidades y ampliar el dominio de la nuestra, considerar el mundo desde un punto de vista que, hasta el momento de la lectura, nos era desconocido y conocer tantos mundos como escritores hayan expresado su intimidad con la escritura. El lenguaje surge de la necesidad de expresar la intimidad que se recoge detrás de las percepciones, las sensaciones y los sentimientos de un modo caótico y pulsional. Es la expresión la que hace posible que la intimidad, aquel mundo caótico, pulsional, sin vida lógica, llegue a ser, gracias al lenguaje, ordenado, racional y comprensible. Gracias al lenguaje la realidad personal escapa del caos para cristalizarse bajo la forma sólida e inteligible de la pala-

bra. El lenguaje fija, ordena, expresa y comunica aquello que distingue a cada uno en su diferencia específica, lo que le hace ser el que es.

El modo de expresión de la intimidad habría de ser un lenguaje instintivo, perentorio, como el lenguaje del loco, del místico, del borracho o del poeta. Lenguajes que no se avienen a la convención de la retórica impuesta. Sin embargo, la expresión de nuestra intimidad, mediante el lenguaje, hace posible que podamos entender nuestro yo, y darlo a entender. La expresión se manifiesta en primer lugar a la misma persona que se expresa, y, en segundo lugar, a cualquiera que la pueda entender. Si lo que se quiere es expresar las emociones inteligiblemente, uno ha de expresarlas de tal manera que sean inteligibles para uno mismo: hasta que alguien no ha expresado su emoción, no sabe de qué emoción se trata. El acto de expresar la intimidad es, pues, una exploración de la propia intimidad, de las propias emociones, sensaciones y percepciones, por el que se trata de saber cuáles son y cual es su naturaleza. La expresión de la intimidad nos hace conscientes de ella, nos permite conocernos, hacernos comprensibles a nosotros mismos y a los otros; nos hace conscientes de nuestra singularidad, y de la peculiaridad de nuestra expresión.

La intimidad, lo instintivo e incommunicable de la existencia, de la experiencia individual, se transforma, por la expresión del lenguaje literario, en una forma que ordena el mundo del instinto, bajo la forma del pensamiento expresable, para comunicar el mundo interior con el mundo exterior en un lenguaje que, desde el momento en que se pronuncia, deja de ser íntimo para ser público y común. El efecto de la escritura es el de poder evocar y expresar a los lectores, en los estrictos términos del lenguaje, la intimidad del yo y mostrar el coloquio singular donde cada uno, el escritor y el lector, se encuentra consigo mismo, en un monólogo interior, uno expresándose, el otro interpretándose. La expresión del yo a través del lenguaje literario es la voluntad de sentir como lógico lo que por su origen y naturaleza es impulsivo, irreflexivo y caótico y, de esta manera, comunicarlo al lector. La intimidad, a la que el lenguaje ha dado nombre, incluso existencia, emerge, pues, no sólo como una interpretación del caos de la inconsciencia, sino que nos muestra, también, el íntimo movimiento de las facultades de crear y de conocer del escritor y del lector. La intimidad es una ficción, una invención de la imaginación, una creación nuestra; lo que no es ficción es el impulso que la ha creado: es decir la capacidad de construcción, de creación y de interpretación que tiene el lenguaje literario.

La lectura es, en este sentido, un camino privilegiado de acceso a la propia intimidad. Es un aprendizaje, no únicamente de uno mismo, sino también de la realidad y del sentido de la realidad. Un apren-

dizaje del mundo y del sentido del mundo. Un camino que se abre gracias a la expresión de la intimidad del autor que ha despertado la del lector. Proust también dice en la *Recherche*:

Cada lector es cuando lee, el propio lector de sí mismo. La obra del escritor no es más que una especie de instrumento óptico que le ofrece al lector discernir lo que, sin este libro, no habría podido ver en sí mismo [...]

Si el libro es la expresión de la intimidad – la intimidad entendida como aquello propio que da sentido a la realidad – cuando el lector lee, interpreta su propia intimidad y el sentido de la realidad que esta intimidad le descubre. El libro es casi como un instrumento que ayuda a ver mejor aquello que desconocemos de nosotros mismos o que habíamos olvidado, o que se perdió entre los pliegues de la memoria y que nunca hubiéramos podido recordar o reconocer sin la ayuda de aquel libro que nos ha abierto el sentido del mundo y de nosotros mismos.

Por todo ello podríamos decir que cada uno nos hemos creado lo más íntimo de nosotros, no únicamente con la ayuda de nuestra experiencia personal de la realidad, sino también con los recursos que nos han dado todos los libros que hemos leído. Tanto la realidad de las cosas, como la realidad que hay en los libros han sido interpretadas por nosotros y, las dos, nos conforman en lo que somos. «Soy lo que he leído», escribió en una ocasión Jorge Luis Borges, y tal vez sea así, ya que cada libro nos ha ofrecido aquel punto de vista único que sobre la realidad nos ha mostrado el autor, en su estilo, que es la expresión de su intimidad.

El mundo es nuestra creación y la lectura de los libros nos ha ayudado a crearlo, a tener nuestra peculiar consideración sobre nosotros mismos y sobre el mundo. Hay, ciertamente, una gran distancia entre los libros y la vida; es aquella distancia inexorable a la que hacía referencia Josep Pla, cuando decía:

Nosotros hemos leído y leemos libros. Creemos que hemos vivido porque hemos leído los libros. Los libros nos han dado la esperanza de alguna cosa. Los libros nos han sugerido la esperanza de alguna cosa [...] La vida nos dice que el mundo, los hombres, las mujeres, están hechos de una manera distinta. Los libros nos dicen que existe el amor, la gloria, la bondad, la grandeza. La vida dice que no hay nada.

Para Josep Pla no hay nada fuera de los libros. Como para Don Quijote o para Madame Bovary, no había nada en la realidad más que engaño. En los libros está la vida esencializada y es, únicamente con la ayuda de la experiencia propia, como la realidad de los libros se manifiesta más como un expansión, una ampliación y una intensificación de nuestra experiencia. Es lo que dijo en otra ocasión Proust:

La verdadera vida, la vida al fin descubierta y dilucidada, la única vida, por tanto, realmente vivida es la literatura; esta vida que, en cierto sentido, habita en cada instante en todos los hombres como en el artista.

Esto es posible ya que, como afirma Montaigne, «cada hombre lleva la forma completa de la humana condición». Cada uno de nosotros, escritores o lectores, sin dejar de ser lo que somos, en nuestra diferencia, somos también el otro. De esta manera el principio de identidad de la especie humana viene a compensar los efectos del principio de diversidad y la conciencia íntima del yo se ve compensada por un principio de universalidad en virtud del cual cada uno de nosotros puede ser el portavoz de todos, el espejo de todos, como decía Borges:

Si las páginas de este libro consienten algún verso feliz, permídneme el lector la descortesía de haberlo usurpado yo, previamente. Nuestras nada poco difieren; es trivial y fortuita la circunstancia de que seas tú el lector de estos ejercicios, y yo su redactor.

El reconocimiento del otro como uno mismo hace posible que cada conciencia individual coincida con la conciencia de pertenecer a una comunidad, más o menos espiritual, y se reconozca en esa comunidad como se reconoce en sí mismo. Reconocer al otro como sujeto sólo es posible cuando se ha alcanzado la misma condición. De aquí el doble movimiento que favorece el lenguaje literario. Un movimiento que va de dentro hacia afuera, que es la expresión de la intimidad, y otro que va de fuera adentro y que es el reconocimiento de la expresión de otra intimidad en nosotros. Si, como habíamos dicho, la lectura es un acontecimiento íntimo y solitario, también lo es la escritura. A pesar de que siempre se utiliza el lenguaje, no es lo mismo hablar con uno mismo, hablar con otro o expresar la intimidad por medio de letras trazadas sobre un papel, como en el hecho de escribir; en el que uno no se dirige a nadie y se dirige a todos. María Zambrano dice del acto de escribir:

¿Qué es lo que quiere decir el escritor y para qué quiere decirlo? ¿Para qué y para quién? El escritor quiere decir el secreto; lo que no puede decirse con la voz por ser demasiado verdad.

Escribir y leer son, a la vez, un retorno y un descubrimiento de la intimidad. Por ello uno escribe con toda su persona, para fijar lo que nos decimos a nosotros mismos en la soledad de nuestra intimidad y poder comunicar lo que es propio de cada persona, puesto que en la lectura se nos ha dado a conocer el mundo; un mundo que, con la ayuda de los libros, hemos podido leer en nosotros mismos.